

*B O L E T I M*

# MUNICIPAL

*CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA*



## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Aditamento** (2.ª Sessão Ordinária de 15 de abril de 2014)-  
**Declaração de retificação**  
pág. 655

#### PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

**Despachos n.ºs 56/P/2014** [Subdelegação de competências  
- Direção Municipal de Projetos e Obras (DMPO)], **57/P/2014**  
(Retificação do Edital n.º 16/2014) e **58/P/2014**  
pág. 656

#### DIREÇÕES MUNICIPAIS

##### FINANÇAS

**Despachos n.ºs 4/DMF/2014** (Subdelegação de competências)  
pág. 659

##### RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS  
HUMANOS

NÚCLEO JURÍDICO-LABORAL/PROCESSO DISCIPLINAR  
**Cessação de relação jurídica de emprego público**  
pág. 662

DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO  
E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNICÍPE

**Despacho n.º 1/DRM/2014** (Substituição em período de férias)  
- **Processos**  
pág. 662

##### PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA

**Despacho n.º 1/DGU/2014**  
pág. 664

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO  
E REABILITAÇÃO URBANA

**Despacho n.º 1/DMPRGU/DPRU/2014**  
pág. 664

## PROJETOS E OBRAS

### DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E VIA PÚBLICA

GABINETE DA DIRETORA

**Despacho n.º 1/DMPO/DCMIVP/2014**

*pág. 664*

### DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE HABITAÇÃO

#### DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

**Auto de consignação de trabalhos - Autos de receção definitiva de trabalhos - 1 - Auto de receção definitiva parcial de trabalhos - 2 - Auto de receção definitiva de trabalhos - Autos de receção definitiva parcial - final de trabalhos - Processo**

*pág. 664*

### DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

#### DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

**Despacho n.º 1/DCME-DCE/14**

*pág. 665*

## REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

**Despacho n.º 1/RSB/14** (Substituição por motivo de férias)

*pág. 665*

## HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DA HABITAÇÃO

#### DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

**Despacho n.º 3/DPH/14** (Subdelegação por motivo de férias)

*pág. 666*

#### DIVISÃO DE INTERVENÇÃO

**Despacho n.º 2/DPH/14** (Substituição em período de férias)

*pág. 666*

## AMBIENTE URBANO

**Despacho n.º 11/DMAU/14** [Afeção de assistentes operacionais (condutores)]

*pág. 666*

#### DIVISÃO DE MERCADOS E FEIRAS

**Processos**

*pág. 666*

### DEPARTAMENTO DE HIGIENE URBANA

**Despacho n.º 8/DMAU/DHU/2014** (Subdelegação de competências) - **Processos**

*pág. 667*

#### DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

**Anúncio n.º 10/DMAU/DHU/DGC/14** (Restos mortais não reclamados - Cemitério do Lumiar) - **Processos**

*pág. 669*

## MOBILIDADE E TRANSPORTES

**Processos - Revogação de despachos**

*pág. 676*

### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

**Despacho n.º 1/DGMT/2014** (Subdelegação de competências na chefe da Divisão de Gestão da Mobilidade)

*pág. 679*

## UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

**Despacho n.º 2/UCT/2014** (Substituição em período de férias)

*pág. 680*

#### DIVISÃO DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO LOCAL

**Despacho n.º 1/UCT/DPDL/2014**

*pág. 680*

### UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL OCIDENTAL

**Despachos n.ºs 3/UCT/UITOC/2014** (Substituição em período de férias) e **4/UCT/UITOC/2014** (substituição em período de férias)

*pág. 680*

### UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO

**Despacho n.º 5/UIT-CENTRO/2014** (Substituição em período de férias)

*pág. 681*

#### DIVISÃO CENTRO - CAMPOLIDE/S. JOSÉ

**Despacho n.º 6/UIT-CENTRO/2014** (Substituição em período de férias)

*pág. 681*

### UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO HISTÓRICO

**Processo**

*pág. 681*

#### DIVISÃO CENTRO HISTÓRICO - BAIRRO ALTO

**Despacho n.º 3/UITCH/DCHBA/2014**

*pág. 682*

## ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

### ANÚNCIOS

N.º 672/UCT/DPC/2014, 674/UCT/DPC/2014, 676/UCT/DPC/2014, 679/UCT/DPC/2014, 682/UCT/DPC/2014, 684/UCT/DPC/2014, 690/UCT/DPC/2014, 691/UCT/DPC/2014, 696/UCT/DPC/2014, 698/UCT/DPC/2014, 706/UCT/DPC/2014, 708/UCT/DPC/2014, 711/UCT/DPC/2014, 716/UCT/DPC/2014, 726/UCT/DPC/2014, 733/UCT/DPC/2014, 734/UCT/DPC/2014, 748/UCT/DPC/2014, 751/UCT/DPC/2014, 758/UCT/DPC/2014, e 769/UCT/DPC/2014 - N.º 627/UCT/UITCH/DCH Graça-Penha de França/2014 e 666/UCT/UITCH/DCH Graça-Penha de França/2014

pág. 683

### AVISOS

N.ºs 68/2014 e 69/2014 (Aprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara)

pág. 706

### EDITAIS

N.º 23/2014, (Notificação - Sr.ª Ana Luísa Santos Moreira Takata), 24/2014, (Notificação - Sr. Armando Manuel Silva Ramos) e 25/2014, (Notificação - Sr. António Mendes Carrajola)

pág. 712

## RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### Aditamento

Mandato 2013-2017

É aditado à Ordem de Trabalhos da 2.ª Sessão Ordinária de 15 de abril de 2014, o seguinte ponto:

9 - Tomada de Posse dos Membros para o Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, ao abrigo do disposto no artigo 18.º do respetivo Regulamento.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2014/04/11.

Pel'A Mesa da Assembleia Municipal,

A Presidente,  
(a) *Helena Roseta*

#### Declaração de Retificação

Mesa da Assembleia Municipal

Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 29.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declara-se que o Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017, aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014 (Proposta n.º 3/AM/2014), foi publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de março de 2014, com a seguinte inexactidão, que assim se retifica:

#### No Anexo I, Grelhas de tempo:

Onde se lê:

- «Grelha H - Informação escrita do Presidente - máximo 3 minutos, flexível».

Deve ler-se:

- «Grelha H - Informação escrita do Presidente - máximo 3 horas e 20 minutos, flexível».

## PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

### Despacho n.º 56/P/2014

Subdelegação de competências (Direção Municipal de Projetos e Obras - DMPO)

**I** - Nos termos e ao abrigo do estatuído no artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 36.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e considerando as competências que me foram delegadas e subdelegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do seu Despacho n.º 79/P/2013, de 13 de novembro de 2013, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013, subdelego na Senhora diretora municipal de Projetos e Obras, Eng.ª Maria Helena Marques Fouto e Carmona Bicho, nomeada através da Deliberação n.º 224/CM/2011 da Câmara Municipal de Lisboa, de 18 de maio de 2001, publicada no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 900, de 19 de maio de 2011, ou em quem legalmente a substitua, sem prejuízo da transferência de competências para freguesias, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e relativamente à prática dos atos administrativos, incluindo a decisão final, e a gestão dos assuntos que se encontram atribuídos ao Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras, segundo a Orgânica dos Serviços Municipais (publicada pelo Despacho n.º 3683/2011, no «Diário da República» n.º 39, II Série, de 24 de fevereiro, na sua configuração atual) as seguintes competências:

**A** - Em matéria de apresentação de propostas em reunião de Câmara e execução das suas decisões, representação do Município e publicação de atos:

- 1 - Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, praticando os atos necessários para o efeito;
- 2 - Executar as Opções do Plano e o Orçamento aprovados, de acordo com o plano de implementação previamente apresentado e aprovado pela tutela;
- 3 - Propor a apresentação de propostas à Câmara Municipal no âmbito das matérias delegadas ou subdelegadas, designadamente no âmbito da decisão de recursos hierárquicos;
- 4 - Apresentar propostas de representar o Município ou a Câmara Municipal no relacionamento com outros organismos de Administração Pública e outras organizações públicas e privadas, nomeadamente no âmbito da assinatura de contratos que estejam contidos nas matérias subdelegadas, excetuando a assinatura de documentos com qualquer uma das seguintes entidades: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e membros do Governo, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Procurador-Geral da República e quando celebrados nos Paços do Concelho de Lisboa, Presidentes de outras Câmaras Municipais;
- 5 - Assinar ou visar a correspondência com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente

da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e membros do Governo, Procurador-Geral da República e com Presidentes e Vereadores de outras Câmaras Municipais, Diretores-gerais e equiparados e Presidentes de Junta de Freguesia;

- 6 - Propor o relacionamento com entidades públicas e privadas e emitir pareceres, no âmbito das áreas ora delegadas;
- 7 - Promover a publicação no «Diário da República», no *Boletim Municipal*, ou em Edital das decisões destinadas a ter eficácia externa;
- 8 - Propor a apresentação de queixas e denúncias, nos termos da legislação processual penal.

**B** - Em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexa:

- 1 - Autorizar a realização e despesa até ao limite de 49879 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros), nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, incluindo no âmbito da celebração dos contratos públicos ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a competência para a aprovação da Minuta do Contrato e proceder à sua outorga, nos termos do artigo 98.º e do n.º 1 do artigo 106.º do CCP;
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número 1 anterior, elaborar ainda proposta de decisão no âmbito de impugnações administrativas apresentadas nos termos do disposto nos artigos 267.º e seguintes do CCP; bem como, em sede de execução de contratos públicos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante;
- 4 - Aprovar os Projetos, Programas de Concurso, Cadernos de Encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços e outros contratos, cuja autorização lhe caiba nos termos do n.º 1;
- 5 - Para procedimentos de valor superior ao limite constante no n.º 1, submeter à aprovação da entidade competente as peças do procedimento validadas pela DMPO, exercendo, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, e, em sede de execução de contratos públicos, as competências atribuídas à entidade adjudicante necessárias à boa execução do contrato;
- 6 - Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, nos termos da presente subdelegação de competências;
- 7 - Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no n.º 1;
- 8 - Autorizar a realização de despesas orçamentadas, nos termos legais e até ao limite fixado no n.º 1;
- 9 - Visar e apor visto nas faturas dos contratos cuja decisão lhe foi cometida.

C - Em matéria de intervenções em património municipal e em património particular em que o Município entenda de intervir, nomeadamente intervenções coercivas:

- 1 - Autorizar a despesa, tomar a decisão de contratar, adjudicar, bem como exercer todas as demais competências cometidas ao Presidente da Câmara Municipal no âmbito de procedimentos relativos à formação de contratos de empreitada cujo preço base seja igual ou inferior a 150 000 euros (cento e cinquenta mil euros), bem como no respeitante à respetiva execução;
- 2 - Assegurar a preparação de intervenção em habitação, nomeadamente a execução dos necessários estudos e projetos, preparação de empreitadas e acompanhamento e fiscalização das mesmas;
- 3 - Assegurar o controlo económico, financeiro e a execução das obras municipais em habitação municipal ou particular, sem prejuízo das competências do Vereador com a Área das Obras;
- 4 - Assegurar a coordenação e execução de intervenções por administração direta em património habitacional.

D - Em matéria de âmbito dos recursos humanos:

- 1 - Propor a realização de trabalho extraordinário ou em dia de descanso semanal e feriado relativamente ao Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras, no quadro das orientações definidas para o efeito;
- 2 - Propor a instauração de processos de inquérito e de averiguações e nomeação dos respetivos inquiridores e propondo o respetivo arquivamento ou a instauração de processo disciplinar.

E - Relativamente a matérias não referidas anteriormente, nomeadamente em matéria de procedimento administrativo:

- 1 - Assegurar a instrução de procedimentos administrativos, nos termos do artigo 86.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 2 - Modificar ou revogar os atos praticados por funcionários ou agentes afetos ao Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras;
- 3 - Praticar os atos instrumentais ao exercício das competências delegadas e subdelegadas, designadamente, decidir sobre o saneamento e apreciação liminar, a suspensão do procedimento, a prorrogação de prazos para a prática de atos ou entrega de elementos, aceitar a desistência, declarar deserto o procedimento que, por causas imputáveis ao requerente, esteja parado por mais de seis meses, nos termos dos artigos 110.º e 111.º do Código do Procedimento Administrativo, proceder à audiência dos interessados nos procedimentos cuja instrução lhe foi subdelegada, notificar as pessoas singulares ou coletivas das decisões ou outros atos relativos aos assuntos em que sejam interessados ou contrainteressados, autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa, autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, autorizar a consulta de processos nos termos

legalmente permitidos, a promoção da consulta às entidades que, nos termos da lei, se devam pronunciar, a determinação da realização de vistorias, a cassação e apreensão de alvarás e a extinção de procedimentos, bem como o arquivamento de processos;

- 4 - Propor a concessão de licenças policiais ou fiscais de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas no âmbito das matérias ora subdelegadas;
- 5 - Proceder aos registos que se mostrem necessários no âmbito das competências do Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras;
- 6 - Liquidar as taxas e outras receitas, no âmbito das competências cometidas ao Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras;
- 7 - Propor a designação de funcionários que servem de Oficial Público para lavrar todos os contratos em que a lei preveja ou não seja exigida escritura;
- 8 - Responder às reclamações e outras comunicações apresentadas, nos termos dos artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril;
- 9 - Assinar e visar correspondência dirigida a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, no âmbito das competências ao Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras;
- 10 - Praticar os demais atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do Presidente da Câmara ou do Vereador em que a mesma esteja delegada, no âmbito das funções cometidas ao Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras.

**II** - Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam igualmente subdelegados na diretora municipal de Projetos e Obras, Eng.ª Maria Helena Marques Fouto e Carmona Bicho, a prática de atos de administração ordinária ao Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, da Direção Municipal de Projetos e Obras.

**III** - Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código de Procedimento Administrativo, do Despacho n.º 79/P/2013, de 13 de novembro de 2013, acima referenciado, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, fica a diretora municipal de Projetos e Obras, Eng.ª Maria Helena Marques Fouto e Carmona Bicho, autorizada a subdelegar as competências que lhe foram subdelegadas pelo presente despacho, com faculdade de subdelegação.

**IV** - A diretora municipal de Projetos e Obras, Eng.ª Maria Helena Marques Fouto e Carmona Bicho deverá assegurar o total respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, designadamente o Regulamento Municipal de Execução do Orçamento da CML, em especial as normas reguladoras dos limites de autorização de despesa pública.

**V** - A diretora municipal de Projetos e Obras, Eng.ª Maria Helena Marques Fouto e Carmona Bicho, deve informar-me mensalmente, por escrito, das decisões geradoras de custos ou proveito financeiro proferidas ao abrigo da presente subdelegação de competências, em conjunto com um quadro-resumo das atividades desenvolvidas no âmbito da mesma, com os anexos que se justificarem.



**VI** - A diretora municipal de Projetos e Obras, Eng.<sup>a</sup> Maria Helena Marques Fouto e Carmona Bicho, deve responder, no prazo máximo de cinco dias úteis, aos pedidos de informação por mim apresentados.

**VII** - Os processos que devam ser decididos por mim, pelo Senhor Presidente da Câmara ou pela CML devem vir instruídos com todos os elementos suficientes para a decisão, de acordo com as minhas orientações.

**VIII** - No uso das competências subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do artigo 38.º do Código de Procedimento Administrativo.

**IX** - A presente subdelegação de competências visa a prática dos atos administrativos diretamente relacionados com atividades, ações e projetos previstos em plano específico, superiormente aprovadas, com exclusão expressa de outras matérias.

**X** - A competências subdelegadas podem ser avocadas a todo o tempo e revogados os atos administrativos praticados pela subdelegada ao abrigo da presente subdelegação de competências, ao abrigo do n.º 2 do artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo.

**XI** - Ficam ratificados todos os atos administrativos, entretanto praticados pela diretora municipal de Projetos e Obras, no âmbito das competências ora subdelegadas e desde que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências.

**X** - O presente despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Lisboa, em 2014/04/08.

A Vereadora,  
(a) *Paula Marques*

## **Despacho n.º 57/P/2014**

Retificação

**Do Edital n.º 16/2014, publicado no Boletim Municipal n.º 1048, de 2014/03/20**

Considerando a inexatidão no Edital n.º 16/2014, de 2014/03/14, procede-se à sua retificação, devendo proceder-se a nova publicação em *Boletim Municipal*:

## **EDITAL**

Publicitação de lista definitiva de membros do Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania da Câmara Municipal de Lisboa

O Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania (CMIC), da Câmara Municipal de Lisboa, é uma estrutura consultiva do Município de Lisboa que integra represen-

tantes de associações/entidades de imigrantes, ciganos e outros representativos da diversidade cultural, legalmente constituídas e com intervenção na área do Município de Lisboa.

Nos termos da alínea c) do artigo 4.º do atual Regulamento do CMIC, que integram este Conselho, os «representantes de associações/entidades de imigrantes, ciganos e outras representativas da diversidade cultural, legalmente constituídas, com intervenção na área do Município de Lisboa, em número não superior a 31».

Assim, após votação em reunião ordinária do CMIC a 10 de março de 2014, foi aprovada por unanimidade a lista definitiva dos membros deste Conselho de acordo com a alínea c) do artigo 4.º do Regulamento Geral do CMIC:

- ACAJUCI - Associação Cristã de Apoio à Juventude Cigana;
- AGUIPA - Associação Guineense e Povos Amigos;
- APARATI - Associação para Timorenses;
- Associação Caboverdiana de Lisboa;
- Associação ComuniDária;
- Associação de Amizade Luso-Turca;
- Associação dos Amigos da Mulher Angolana;
- Associação dos Amigos do Príncipe;
- Associação dos Ucrrianos em Portugal;
- Associação Guineense de Solidariedade Social;
- Associação Lusofonia Cultura e Cidadania;
- Associação Renovar a Mouraria;
- Casa de Moçambique;
- Casa do Brasil de Lisboa;
- Centro de Apoio ao Sem-abrigo;
- CEPAC - Centro Padre Alves Correia;
- Comunidade Islâmica de Lisboa;
- Comunidade Israelita de Lisboa;
- CPR - Conselho Português para os Refugiados;
- CulturFaceis - Associação Cultural para o Desenvolvimento;
- Morabeza - Associação para a Cooperação e Desenvolvimento;
- Movimento SOS Racismo;
- Mulher Migrante - Associação de Estudo Cooperação e Solidariedade;
- Obra Católica Portuguesa de Migrações;
- Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor;
- Secretariado Diocesano de Lisboa da Pastoral dos Ciganos;
- Serviço Jesuíta de Apoio aos Refugiados;
- Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna;
- Solidariedade Imigrantes - Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes;
- União dos Sindicatos de Lisboa.

Para mais informações contactar o Secretariado Técnico do CMIC, através de um dos seguintes telefones: 21 798 96 55/21 798 81 26.

Lisboa, em 2014/04/07.

O Vereador,  
(a) *João Carlos Afonso*

## Despacho n.º 58/P/2014

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 31.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da Deliberação n.º 869/CM/2013, de 27 de novembro, a pedido do Grupo Municipal do PPD/PSD, procede-se à afetação ao Gabinete de Apoio ao Grupo Municipal do PPD/PSD da Assembleia Municipal de Lisboa, da trabalhadora deste Município Maria José Oliveira Ribeiro, assistente técnica, do Departamento de Modernização e Sistemas de Informação, Divisão de Relação com o Município, com efeitos à data deste despacho.

A presente afetação cessa com o fim do atual mandato.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2014/01/02.

O Vice-presidente,

(a) *Fernando Medina*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### FINANÇAS

## Despacho n.º 4/DMF/2014

### Subdelegação de competências

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e seguintes e 86.º, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro), bem como do disposto no artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, e, considerando ainda as competências que me foram subdelegadas através dos Despachos n.ºs 10/P/2014 e 35/P/2014, publicados nos *Boletins Municipais* n.ºs 1041, 2.º Suplemento e n.º 1046, de 30 de janeiro e 6 de março de 2014, respetivamente, subdelego nos diretores de departamento da Direção Municipal de Finanças, Dr.ª Paula Maria Reis Costa, do Departamento de Planeamento e Controlo Financeiro, Dr. Carlos Manuel da Silva Gabriel, do Departamento de Contabilidade, Mestre Henrique Vicente Pousinha, do Departamento de Apoio à Atividade Tributária, Eng.ª Maria do Céu Ribeiro Monteiro Pires, da Central de Compras Municipal, bem como na chefe de divisão, Dr.ª Célia Rio Martins, da Divisão da Tesouraria, ou em quem legalmente os substituir, as competências genéricas e específicas a seguir discriminadas:

#### 1 - Competências Genéricas:

- a) Com exceção da chefe de divisão, autorização para a realização de despesas públicas até ao limite de 5000 euros, em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos e artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que não abrangem a aquisição de serviços com pessoas individuais;

- b) Assinar e visar correspondência dirigida a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, no âmbito das matérias dos respetivos Serviços, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e membros do Governo, Procurador-Geral da República e com os Presidentes de outras Câmaras Municipais, bem como com os diretores-gerais e equiparados e presidentes de conselhos de administração e equiparados;
- c) Com exceção da chefe da Divisão da Tesouraria, gestão dos Fundos de Maneio constituídos para o Departamento nos termos das normas legais e regulamentares em vigor sobre esta matéria;
- d) Solicitação e envio de quaisquer informações, processos e demais documentação aos Serviços Municipais com interesse para o desenvolvimento das atribuições das respetivas Unidades Orgânicas;
- e) Solicitação e fornecimento de informações e documentação a entidades externas ao Município relacionadas com as atribuições das respetivas Unidades Orgânicas;
- f) Remessa e requisição de processos ao Arquivo Municipal;
- g) Promoção do arquivamento de processos junto do Serviço competente;
- h) Promoção da publicação em *Boletim Municipal* dos despachos que recaiam sobre os processos;
- i) Homologação dos autos de abate;
- j) Assinatura dos termos de abertura e encerramento dos livros sujeitos a essa formalidade e respetiva rubrica, por chancela nas folhas;
- k) Elaborar as minutas de propostas de reunião de Câmara Municipal relativas às áreas de competência.

#### 2 - Em matéria de recursos humanos:

- a) Aprovar e alterar o mapa de férias, autorizar a sua acumulação no ano civil imediato, e tomar as restantes decisões relativas a férias com respeito pelo interesse do Serviço;
- b) Justificar ou injustificar faltas;
- c) Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, reuniões seminários e cursos de formação em regime de autoformação ou outras iniciativas semelhantes que decorrem em território nacional, quando não importem custos para o Serviço.

#### 3 - Competências específicas:

##### 3.1 - Na diretora do Departamento de Planeamento e Controlo Financeiro, Dr.ª Paula Maria Reis Costa:

- a) Formalizar, junto das Unidades de Gestão, os pedidos de pagamento relativos a candidaturas aprovadas, nomeadamente no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio;
- b) Assegurar a divulgação dos programas comunitários e outras iniciativas junto dos Serviços Municipais;
- c) Preparar os processos com financiamento alheio em colaboração com os Serviços Municipais responsáveis pela sua execução;
- d) Assegurar junto das Instituições Bancárias, Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana e de outras Entidades financiadoras da atividade do Município, a justificação da despesa paga relativa aos investimentos financiados;

- e) Proceder à regularização contabilística do serviço da dívida;
- f) Formalizar os processos de financiamento alheio em colaboração com os Serviços Municipais responsáveis pela sua execução;
- g) Preparar e assegurar o processo de redação do relatório de gestão e relatórios financeiros exigidos institucionalmente, bem como os instrumentos financeiros previsionais: Orçamento e Grandes Opções do Plano Municipais.

3.2 - No diretor do Departamento de Contabilidade, Carlos Manuel da Silva Gabriel:

- a) Autorização das despesas com os encargos de cobrança e outras despesas deduzidas às receitas cobradas pelo Município;
- b) Anulação da autorização de pagamento de documentos de despesa até ao montante de 24 934 euros;
- c) Relacionamento com a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- d) Autorização para o processamento da liquidação de despesas relativas a contribuições e impostos devidos ao Estado, pagamentos ordenados pelos Tribunais, importâncias existentes em operações de tesouraria e regularização contabilística dos movimentos relativos a contas bancárias;
- e) Autorização para a correção da classificação económica das despesas a realizar, quando detetados os respetivos erros;
- f) Verificação e fiscalização das normas e métodos seguidos pelos Serviços Municipais sobre o IVA, IRS e IRC, tendo em vista a correta aplicação do preceituado sobre estes impostos e a sua entrega ao Estado;
- g) Assinatura das guias de depósito a efetuar na CGD à ordem do Tribunal;
- h) Remessa à Direção Distrital de Finanças de Lisboa dos elementos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 102.º do Código do IRC, sempre que não haja contrato escrito, e no artigo 114.º do Código do IRS;
- i) Verificação, de acordo com minutas superiormente homologadas, aceitação e registo, das garantias bancárias, seguros-caução ou outras formas de garante do cumprimento de obrigações decorrentes de contratos de empreitada, de fornecimento de bens e serviços ou inerentes à prossecução das atribuições dos diversos Serviços Municipais, e autorização para o respetivo cancelamento, sempre que cesse a necessidade da sua manutenção informado pelos Serviços;
- j) Devolução dos processos de cabimentação incluindo parecer prévio e liquidação de despesa, sempre que se verifique incumprimento das normas legais e regulamentares estabelecidas para a realização da despesa pelos Serviços Municipais;
- k) Assinatura de certidões destinadas a documentar as demonstrações financeiras de entidades que recebam verbas transferidas pelo Município;
- l) Pedido de certidões destinadas a instruir as demonstrações financeiras do Município;
- m) Fornecer cópias devidamente autenticadas de documentos justificativos de despesa;
- n) Registo contabilístico dos factos patrimoniais inerentes à realização das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, bens do imobilizado, em articulação com o registo cadastral efetuado por outros Serviços, e movimento de saídas de fundos de operações de tesouraria;

- o) Assegurar o processo de prestação de contas do Município;
- p) Assinatura de precatórios cheques;
- q) Assegurar e efetuar o registo da dívida do Município e a preparação das contas correntes de fornecedores, incluindo envio de informação e documentação;
- r) Efetuar a liquidação e cobrança das taxas e outras receitas municipais relativas a atos ou fatos previstos na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;
- s) Assegurar o processo de transferência das receitas provenientes da Administração Central atribuídas por lei ao Município;
- t) Normalização e efetivação de procedimentos contabilísticos inerentes aos atos de liquidação e arrecadação de receitas;
- u) Autorização para o fornecimento de senhas de cobrança de receita e livros de faturas;
- v) Assinatura das certidões de dívida;
- x) Autorização dos pedidos de pagamento de dívidas em prestações e consequente definição dos planos de amortização, até ao montante de 24 934 euros;
- z) Correspondência com entidades exteriores ao Município em matéria relacionada com dívidas passíveis de cobrança coerciva em Tribunal Comum liquidadas pelo Município e não pagas dentro dos prazos estabelecidos, com exceção da correspondência direta com as entidades referidas na alínea b) do ponto 1;
- a.a) Promover a cobrança pré-contenciosa de dívidas ao Município, de natureza não tributária, em caso de incumprimento da obrigação de pagamento nos prazos estabelecidos para o efeito;
- a.b) Promoção da cobrança judicial de faturas não pagas ao Município;
- a.c) Instauração, instrução e decisão de processos de revisão oficiosa, fora do âmbito da legislação tributária, bem como anulação dos documentos de cobrança e autorização de reembolsos referentes a receitas municipais até ao montante de 24 934 euros.

3.3 - No diretor do Departamento de Apoio à Atividade Tributária, Mestre Henrique Vicente Pousinha:

- a) Exercer as competências atribuídas pelo Código do Procedimento e do Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, nos termos do respetivo artigo 7.º, assegurar a instrução de processos de contencioso tributário, bem como a instauração de processos de execução fiscal e demais diligências inerentes aos mesmos;
- b) Instauração, instrução e decisão de processos de revisão oficiosa, nos termos da legislação tributária, bem como anulação dos documentos de cobrança e autorização de reembolsos referentes a receitas municipais até ao montante de 24 934 euros;
- c) Assegurar a cobrança de custas judiciais no âmbito dos processos de impugnação judicial e de execução fiscal;
- d) Assegurar que sejam cumpridas e ordenadas as deprecadas;
- e) Correspondência com entidades exteriores em matéria relacionada com dívidas passíveis de cobrança coerciva liquidadas pelo Município e não pagas dentro dos prazos estabelecidos;



- f) Centralização para submissão ao Tribunal de Contas dos processos de contratos sujeitos a fiscalização prévia, com exceção dos que envolvam despesas englobadas no Agrupamento 01, e articulação com os diferentes Serviços Municipais do conjunto de procedimentos subsequentes respeitantes aos mesmos processos;
- g) Elaboração de projetos de regulamentos municipais e/ou alterações aos mesmos que tenham por objeto a incidência, liquidação e cobrança de taxas ou tarifas municipais;
- h) Instrução e elaboração de proposta de decisão no âmbito dos processos de reconhecimento do direito a benefícios fiscais e recurso hierárquico ou contencioso, nos termos da legislação tributária;
- i) Instrução e decisão no âmbito dos processos de reclamação graciosa, até ao limite de 24 934 euros, nos termos da legislação tributária;
- j) Recebimento e remessa ao Tribunal Tributário de Lisboa das petições iniciais dos processos de impugnação judicial apresentadas no Município e cumprimento do disposto nos artigos 103.º, n.º 3, 111.º e 112.º do Código e Procedimento e de Processo Tributário;
- k) Realização das diligências ordenadas ou solicitadas pelo Tribunal Tributário e colaboração com o Departamento Jurídico, em matéria da sua competência;
- l) Coordenação e apoio à atuação da Representação da Fazenda Pública junto dos diversos juízos do Tribunal Tributário de Lisboa.

3.4 - Na diretora da Central de Compras Municipal, Eng.ª Maria do Céu Ribeiro Monteiro Pires:

#### 3.4.1 - Em matéria genérica:

- a) Exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento e demais procedimentos tendentes à outorga do contrato, bem como, em sede de execução dos contratos administrativos, preparar os procedimentos para o exercício das competências pela entidade adjudicante;
- b) Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, promover os procedimentos para a tomada de decisão pela entidade adjudicante;
- c) Preparar os procedimentos para a autorização da realização de despesas orçamentadas, nos termos legais e regulamentares;
- d) Notificar os concorrentes/adjudicatário da decisão de adjudicação no âmbito da celebração de contratos públicos.

#### 3.4.2 - Em matéria procedimental:

- a) Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos, bem como a realização das diligências que se mostrem necessárias e convenientes;
- b) Proceder a junção de documentos nos processos referidos na alínea anterior;
- c) Solicitar e enviar quaisquer informações, processos e demais documentação aos outros Serviços Municipais ou a entidades externas ao Município, nos termos das normas e instruções em vigor;

- d) Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- e) Promover a publicação no «Diário da República», no *Boletim Municipal* ou em Edital, das decisões destinadas a ter eficácia externa, previstas no artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;
- f) Dispensar ou promover a audiência dos interessados, nos termos da lei;
- g) Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam interessados;
- h) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- i) Reconhecer a extinção dos procedimentos administrativos em curso, ao abrigo do disposto nos artigos 110.º a 112.º do Código do Procedimento Administrativo;
- j) Propor a modificação ou a revogação dos atos praticados por contratados em funções públicas ou outros contratados afetos à Central de Compras Municipal;
- k) Homologar autos de extravio e de autos de abate ou inventário dos bens do domínio privado do Município, bens móveis e semoventes incapazes ou inúteis para o serviço e afetos à Central de Compras Municipal.

#### 3.4.3 - Em matéria de aprovisionamento:

- a) Decidir e autorizar os atos necessários ao desenvolvimento, gestão e centralização das compras públicas do Município de Lisboa, procedendo à avaliação contínua de novas categorias a centralizar, tendo em vista o abastecimento de bens móveis e serviços comuns à generalidade dos Serviços Municipais;
- b) Implementar a estratégia e as políticas em matéria de compras, armazenamento, existências e inventariação;
- c) Promover a articulação do Município com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., ou com entidades de âmbito similar, designadamente com a Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa;
- d) Promover medidas de uniformização e racionalização dos bens móveis e serviços a adquirir, de forma a otimizar o número de produtos e fornecedores e obter melhores condições de fornecimento;
- e) Proceder à elaboração do plano de compras global, recolhendo junto dos Serviços Municipais as necessidades em termos de bens e serviços centralizados;
- f) Promover a elaboração do inventário dos bens móveis do Município e a respetiva avaliação;
- g) Promover a formalização dos contratos públicos referentes às categorias centralizadas e acompanhar a sua execução;
- h) Assegurar a realização de Hastas Públicas, em articulação com os Serviços competentes em razão da matéria;
- i) Proceder à elaboração das peças procedimentais dos Procedimentos de contratação pública relativos a aquisição de bens e serviços de categorias centralizadas;
- j) Proceder à apreciação das peças procedimentais dos Procedimentos de contratação pública de aquisição de bens e serviços remetidas por outros Serviços Municipais à Direção Municipal de Finanças ou à Central de Compras Municipal;

- k) Elaborar e assinar os Anúncios, Avisos e Convites, em conformidade com as decisões ou deliberações de contratar e de autorização de despesas para efeitos de lançamento dos procedimentos de contratação pública, realizados na Central de Compras Municipal, promovendo a respetiva publicação, nos termos da lei;
- l) Promover e garantir a realização de atos de abertura de propostas dos procedimentos de contratação pública relativas a procedimentos remetidos à Central de Compras Municipal;
- m) Manter atualizado o ficheiro de fornecedores, materiais e outros de interesse para o funcionamento dos Serviços do Município.

3.5 - Na chefe da Divisão da Tesouraria, Dr.<sup>a</sup> Célia Maria Rio Martins:

- a) Remessa de certificação dos recebimentos efetuados através de cheque, vale de correio ou transferência bancária;
- b) Proceder a todos os pagamentos inerentes à atividade municipal;
- c) Apresentar o resumo diário de tesouraria, bem como o termo de balanço;
- d) Articular com os Postos de Cobrança sobre as necessidades de disporem de Terminais de Pagamento Automático;
- e) Propor as condições relativas às aplicações financeiras do Município, visando a rentabilização das disponibilidades de tesouraria;
- f) Remeter ao Departamento de Investigação e Ação Penal os cheques sem cobertura;
- g) Participar, em articulação com os Serviços Municipais, na elaboração dos instrumentos municipais de planeamento previsional e de controlo.

4 - Os diretores de departamento devem informar-me, por escrito e com periodicidade mensal, de todas as decisões geradoras de despesa, ao abrigo da presente subdelegação de competências.

5 - Os diretores de departamento e a chefe da Divisão da Tesouraria, devem elaborar relatórios mensais de todas as atividades desenvolvidas ao abrigo do presente despacho, os quais me deverão ser apresentados até ao dia 7 do mês àquele a que respeitam ou no dia útil subsequente àquele.

6 - Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, os diretores de departamento ficam autorizados a subdelegar as competências subdelegadas através do presente despacho, à exceção da mencionada na alínea a) do n.º 1.

7 - Ratifico, ao abrigo do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos que tenham sido praticados pelos diretores de departamento e chefe da Divisão da Tesouraria, que estejam em conformidade com esta subdelegação de competências, desde 20 de fevereiro de 2014, até à publicação do presente despacho.

8 - O presente despacho produz efeitos imediatos.

Lisboa, em 2014/04/11.

O diretor municipal de Finanças,  
(a) *Ângelo Nelson Rosário de Souza*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### RECURSOS HUMANOS

#### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

##### NÚCLEO JURÍDICO-LABORAL/PROCESSO DISCIPLINAR

##### Cessação de relação jurídica de emprego público

*Polícia Municipal* - Adelino Correia da Fonseca, fiscal de obras, trabalhador n.º 9200, fica desligado do serviço a partir de 22 de março de 2014, em consequência da pena de demissão, aplicada por Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, de 24 de julho de 2013 e em consonância com a Proposta n.º 661/2013.

#### DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

##### DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

##### Despacho n.º 1/DRM/2014

##### Substituição em período de férias

Durante a minha ausência no gozo de licença de férias, no período compreendido entre os dias 14 a 17 de abril, e dada a necessidade de assegurar a normal regularidade do exercício dos serviços da Divisão de Relação com o Município, nomeio, para me substituir durante esse período de ausência, a Dr.<sup>a</sup> Margarida Martins.

Lisboa, em 2014/04/11.

A chefe de divisão,  
(a) *Sandra Godinho*

##### Processos deferidos

1929/OTR - Condomínio do prédio sito na Rua Gomes da Silva, 9 - Rua Gomes da Silva, 9 - Por despacho dado em 2014/04/03. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*

1982/OTR - Alves Filipe e Alves Duarte, Ltd.<sup>a</sup> - Alameda das Linhas de Torres, 68/68-B - Por despacho dado em 2014/04/03. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*

2100/OTR - Impregaspar, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Calçada do Tojal, 18, 5.º direito - Por despacho dado em 2014/04/03. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*

- 2117/OTR - Francisco José Roque Lino Felgueiras Barreto - Rua Azedo Gneco, 68 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 2208/OTR - Anabela Matias Correia Matias - Rua José Leilote, 23 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 2140/OTR - João José da Fonseca Costa Soares - Rua de Ponta Delgada, 4 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 1486/OTR - Administração do Condomínio sito no Arco do Evaristo, 5 - Alto do Penalva, 21/23 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 2217/OTR - Administração do Condomínio Portucalle - Alameda dos Oceanos, 4.43.01 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 2304/OTR - Condomínio do prédio sito na Rua Pedro de Queirós Pereira, lote 7 - Rua Pedro de Queirós Pereira, lote 7 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 2260/OTR - Imopérola - Imobiliária, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Guilherme Braga, 23 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 1738/OTR - Imopérola - Imobiliária, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Guilherme Braga, 21 - Por despacho dado em 2014/04/04. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 2270/OTR - Vivek Sood - Rua dos Navegantes, 5, 4.º andar - Por despacho dado em 2014/04/02. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 9342/OTR/13 - Silcoge - Sociedade Construtora de Obras Gerais, S. A. - Avenida Fontes Pereira de Melo, 6 - Por despacho dado em 2014/04/02. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 7325/OTR/13 - Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. - Rua Alfredo Guisado, 8/10-A - Por despacho dado em 2014/04/03. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 8535/OTR/13 - Banco Comercial Português, S. A. - Avenida José Malhoa, 19/19-C - Por despacho dado em 2014/04/03. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 2654/OTR - Parimob - Investimentos Imobiliários - Rua da Misericórdia, 133/141 - Por despacho dado em 2014/04/07. - *Com os seguintes fundamentos: Deferido nos termos e com as condições propostas.*
- 2499/OTR - Carlos Gilberto Moreira Ribeiro - Rua Rodrigues Cabrilho, 8, 3.º esquerdo - Por despacho dado em 2014/04/07. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2824/OTR - José Paulo da Silva Tomé Romero - Largo Conde de Ottolini, 18, cave esquerdo - Por despacho dado em 2014/04/07. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 1575/OTR - Condomínio do prédio da Avenida Fontes Pereira de Melo, 3 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 3/3-C - Por despacho dado em 2014/04/07. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2216/OTR - Miguel Batista Nogueira Reis - Campo de Santa Clara, 73/77 - Por despacho dado em 2014/04/07. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2395/OTR - Ana Cristina Figueiredo Luís - Rua Afonso Domingues, 28 - Por despacho dado em 2014/04/07. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2027/OTR - José Duarte Alves - Rua Capitão Roby, 2/4 - Por despacho dado em 2014/04/08. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2909/OTR - Condomínio do prédio sito na Rua Almeida e Sousa, 54 - Rua Almeida e Sousa, 54/54-B - Por despacho dado em 2014/04/08. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2098/OTR - João Abel Baptista Geada Ribeiro Rodrigues - Rua Abade Faria, 12, 3.º direito - Por despacho dado em 2014/04/08. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2847/OTR - Gonçalo Fernando Nunes Robalo - Rua Joaquim Bonifácio, 21/21-D - Por despacho dado em 2014/04/08. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2314/OTR - Condomínio do prédio sito na Travessa de São Domingos de Benfica, 16 - Travessa de São Domingos de Benfica, 16/16-B - Por despacho dado em 2014/04/08. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2309/OTR - Administração do Condomínio do prédio sito na Rua Santana, à Lapa, 116 - Rua de Sant'Ana (Santana), à Lapa, 116/116-E - Por despacho dado em 2014/04/08. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2693/OTR - Condomínio do prédio sito na Rua Dr. José Baptista de Sousa, 21 - Rua Dr. José Baptista de Sousa, 21 - Por despacho dado em 2014/04/09. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2576/OTR - Raiz Clássica - Investimentos Imobiliários, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida Almirante Gago Coutinho, 37/37-A - Por despacho dado em 2014/04/09. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*
- 2730/OTR - Condomínio do prédio sito na Azinhaga da Fonte do Louro, 18 - Azinhaga da Fonte do Louro, 18/18-C - Por despacho dado em 2014/04/09. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e condições propostas.*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA

#### DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA

##### Despacho n.º 1/DGU/2014

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que foram cometidas;

Considerando que o período previsível de ausência (motivado pelo gozo de férias) é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de junho, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Considerando, assim, que a presente substituição fica sujeita ao regime geral previsto no n.º 2 do artigo 41.º do Código de Procedimento Administrativo;

Designo para me substituir durante a minha ausência:

- No dia 7 de abril, o Sr. Arq.º Nuno Maurício Dias, chefe da Divisão da Uniformização e Controlo Urbanístico;
- Entre 8 de abril e 11 de abril, o Sr. Arq.º João Luís dos Santos Guerreiro, chefe da Divisão de Projetos Estruturantes.

Lisboa, em 2014/04/04.

O diretor do Departamento de Gestão Urbanística,  
(a) *António Folgado*

#### DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

##### Despacho n.º 1/DMPRGU/DPRU/2014

Estando ausente, por motivo de férias, no período entre 14 e 16 de abril de 2014, , em minha substituição, o Sr. Arq.º Eduardo Jorge Santiago Campelo, chefe da Divisão de Planeamento Territorial.

Lisboa, em 2014/04/11.

O diretor do Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana,  
(a) *Paulo Prazeres Pais*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### PROJETOS E OBRAS

#### DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E VIA PÚBLICA

##### GABINETE DA DIRETORA

##### Despacho n.º 1/DMPO/DCMIVP/2014

Considerando que me encontrarei de férias no período compreendido entre 14 a 17 de abril de 2014;

Considerando a necessidade de assegurar, durante esse período, a regularidade do exercício das funções e competências que me foram atribuídas;

Designo, nos termos do artigo 41.º do Código de Procedimento Administrativo, para me substituir, durante esta ausência, o chefe da Divisão de Saneamento, Eng.º Miguel Dias Fernandes.

Lisboa, em 2014/04/08.

A diretora de departamento,  
(a) *Assunção Alves*

#### DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE HABITAÇÃO

##### DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

##### Auto de consignação dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, Arq.º Manuel Abílio Ferreira:

Por despacho de 2014/03/25, foi homologado o Auto de consignação dos trabalhos da «Empreitada n.º 46/DMPO/DCMH/DMEM/12 - Execução de trabalhos de reabilitação no edifício municipal sito na Rua Alexandre Herculano, 46», adjudicada à firma Lourenda, Ltd.ª.

##### Autos de receção definitiva parcial dos trabalhos - 1

Por despacho do diretor do Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, Arq.º Manuel Abílio Ferreira:

Por despacho de 2014/04/02, foi homologado o Auto de receção definitiva parcial- 1 de trabalhos da «Empreitada n.º 9/DMPO/DCCE/DEOME/2011 - Obras de revisão geral da cobertura, algerozes e guarda-fogos no Jardim de Infância n.º 5 e Escola EB1 n.º 183», adjudicada à firma Metal Cúbico, Ltd.ª.



Por despacho de 2014/04/02, foi homologado o Auto de receção definitiva parcial - 1 de trabalhos da «Empreitada n.º 48/DMPO/DCCE/DEOME/2011 - Obras de revisão das coberturas do Museu Bordalo Pinheiro e edifício anexo ao Museu», adjudicada à firma Garcia & Rio Tinto - Construção Civil e Obras Públicas, Ltd.ª.

Por despacho de 2014/04/02, foi homologado o Auto de receção definitiva parcial - 1 de trabalhos da «Empreitada n.º 87/DMPO/DCME/DME/2011 - Execução de trabalhos de impermeabilização no terraço norte no depósito da Rua Direita da Palma», adjudicada à firma Ramiro & Delgado - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.ª.

### Auto de receção definitiva parcial dos trabalhos - 2

Por despacho do diretor do Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, Arq.º Manuel Abílio Ferreira:

Por despacho de 2014/04/02, foi homologado o Auto de receção definitiva parcial - 2 de trabalhos da «Empreitada n.º 11/DMPO/DCCE/DEOME/2010 - Obra urgente de demolição da laje em betão de sombreamento/proteção na entrada norte na Escola EB1 Mestre Arnaldo Louro de Almeida (n.º 44)» (intervenção ao abrigo do Estado de Necessidade), adjudicada à firma Ramiro & Delgado - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.ª.

### Auto de receção definitiva dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, Arq.º Manuel Abílio Ferreira:

Por despacho de 2014/04/02, foi homologado o Auto de receção definitiva de trabalhos da «Empreitada n.º 52/DMPO/DCCE/DEOME/2008 - Obras de conservação geral na Escola EB1 n.º 138, sita na Rua José Bateira - Madre de Deus», adjudicada à firma Ramiro & Delgado - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.ª.

### Autos de receção definitiva parcial - final dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Construção e Manutenção de Habitação, Arq.º Manuel Abílio Ferreira:

Por despacho de 2014/03/25, foi homologado o Auto de receção definitiva parcial - final de trabalhos da «Empreitada n.º 7/DMPO/DCCE/DEOME/2009 - Trabalhos de contenção e escoramento de edifício sito na Calçada da Graça, 6/6-C, na Mouraria» (obra ao abrigo do Estado de Necessidade), adjudicada à firma Loviril - Construção Civil, Ltd.ª.

Por despacho de 2014/04/02, foi homologado o Auto de receção definitiva parcial - final de trabalhos da «Empreitada n.º 25/DMPO/DCCE/DEOME/2009 - Demolição de barracão sito na Rua Veríssimo Sarmiento, 50» (obra ao abrigo do Estado de Necessidade), adjudicada à firma Socodofil - Sociedade de Construções Manuel Delgado & Filhos, Ltd.ª.

### Processo extinto

3098/DMSC/03 - Ripompe - Equipamentos Eletromecânicos, Ltd.ª. - Nos termos do despacho de 2014/04/01 do Sr. Arq.º Manuel Abílio Ferreira, diretor de departamento. Nos termos do artigo 112.º do CPA.

## DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

### DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

#### Despacho n.º 1/DCME-DCE/14

Considerando que me encontro de férias no período compreendido entre os dias 21 a 24 e no dia 28 de abril do corrente ano;

Considerando a necessidade de assegurar, durante este período, a regularidade do exercício das funções que me foram atribuídas;

Designo nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, para substituir-me, a Eng.ª Isabel Maria dos Santos M. Castilho Neves, que presta funções nesta Divisão.

Lisboa, em 2014/04/09.

O chefe da Divisão de Construção de Equipamentos,  
(a) *Pedro Amorim*

## REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

#### Despacho n.º 1/RSB/14

Substituição por motivo de férias

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram cometidas, durante a minha ausência, por motivo de férias, no período compreendido entre os dias 5 e 11 de abril, designo para me substituir o 2.º comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros, Major Tiago Manuel Batista Lopes, 2.º comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

Lisboa, em 2014/04/02.

O comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros,  
(a) *Pedro Patrício*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

#### DEPARTAMENTO POLÍTICA DA HABITAÇÃO

##### DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

###### Despacho n.º 3/DPH/14

Subdelegação por motivo de férias

Por motivo de férias devidamente autorizadas pelo diretor do Departamento de Política da Habitação, no período de 15 a 17 de abril 2014, serei substituída pela Arq.ª Isabel Gomes Serrano, da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento, no período de 15 a 17 de abril de 2014.

Lisboa, em 2014/04/09.

A chefe de divisão,  
(a) *Maria Filomena Leonardo*

##### DIVISÃO DE INTERVENÇÃO

###### Despacho n.º 2/DPH/14

Substituição em período de férias

Considerando que me encontro de férias de 14 de abril a 16 de abril de 2014;

Considerando a necessidade de assegurar, durante esse período, a regularidade do exercício de funções e a competência que me foram conferidas;

Designo, nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, para me substituir:

- Vitorino do Rosário Esteves.

Lisboa, em 2014/04/08.

O chefe de Divisão de Intervenção,  
(a) *Fernando Rosado de Sousa*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### AMBIENTE URBANO

###### Despacho n.º 11/DMAU/14

Afetação de assistentes operacionais (Condutores)

Considerando a necessidade de garantir a condução das viaturas ligeiras da Frota Municipal distribuídas à Secretaria-Geral, Gabinete de S. Ex.ª o Senhor Vereador, Dr. Carlos Manuel Castro;

Considerando o Despacho n.º 133/P/2011, que define as funções transversais e estabelece o respetivo modelo de gestão, nomeadamente no que concerne à gestão de condutores e motoristas.

Determino:

- A afetação em funções transversais, para serviço de apoio ao referido Gabinete, com efeitos a partir de 9 de abril de 2014, inclusive, o seguinte trabalhador:

- Joaquim Fernandes (atualmente afeto ao DHU - Departamento de Higiene Urbana).

Remeto para o meu Despacho n.º 8/DMAU/12, no que se refere à gestão dos condutores em funções transversais.

Lisboa, em 2014/04/08.

O diretor municipal,  
(a) *Ângelo Mesquita*

##### DIVISÃO DE MERCADOS E FEIRAS

###### Processos despachados

Por despacho da chefe de divisão (subdelegação de acordo com o Despacho n.º 4/2014, de 12 de fevereiro de 2014 - *Boletim Municipal* n.º 1044, de 2014/02/20):

###### Deferidos

6083/CML - F - José Ernesto de Sousa Santana - Autorização para vender gelados em alternativa à venda de castanhas até 31 de março.

5733/CML - F - Fábio Rafael Cunha Cardoso - Autorização para vender fruta em alternativa à venda de castanhas até 31 de março/14, na Avenida Egas Moniz.

55504/CML - F - Pedro Miguel Madureira Gaspar - Autorização para vender fruta em alternativa à venda de castanhas até 31 de março/14, na Rua 1.º Dezembro.

5388/CML - F - Maria de Fátima Costa Pinto - Autorização para vender fruta em alternativa à venda de castanhas até 31 de março/14, na Rua de São Nicolau.

4685/CML - F - Maria de Lurdes Pinto Sereno Santana - Autorização para vender fruta no lugar da venda de castanhas, junto ao Centro Comercial Amoreiras.

4683/CML - F - José Ernesto de Sousa Santana - Autorização para vender fruta no lugar da venda de castanhas, na Rua Vieira Portuense.

4405/CML - F - Mário Rui Mestre Filipe - Autorização para vender pipocas e algodão doce, no Jardim de Belém.

###### Indeferidos

2630/CML - F - Carla Sofia Galvão da Silva Luís Almeida - Autorização para colocar uma roulotte de farturas e churros na Feira da Luz. - Nos termos do Ofício n.º 128/DMAU/DMF/14.

- 2534/CML - F - Lara Sequeira Costa - Autorização para vender pipocas e algodão doce no Jardim de Belém. - *Nos termos do Ofício n.º 123/DMAU/DMF/14.*
- 2530/CML - F - Joana Margarida Bicho Sequeira Costa - Autorização para vender pipocas e algodão doce no Jardim de Belém. - *Nos termos do Ofício n.º 121/DMAU/DMF/14.*
- 2421/CML - F - Sandra Cristina Monteiro Bernardo - Autorização para vender farturas junto ao Jardim Zoológico. - *Nos termos do Ofício n.º 92/DMAU/DMF/14.*
- 2415/CML - F - Sandra Cristina Monteiro Bernardo - Autorização para vender pipocas e algodão doce no Jardim de Belém. - *Nos termos do Ofício n.º 94/DMAU/DMF/14.*
- 2240/CML - F - Jefferson Pinto Serra - Pedido de venda ambulante para venda de produtos regionais Portugueses. - *Nos termos do Ofício n.º 118/DMAU/DMF/14.*
- 1784/CML - F - Fernanda Paula Pinto Gomes - Pedido de venda ambulante para venda de castanhas e fruta junto ao Armazém do Chiado. - *Nos termos do Ofício n.º 75/DMAU/DMF/14.*
- 1733/CML - F - Alice Maria Bruno Gonçalves Araújo - Pedido de venda ambulante para venda de farturas e churros. - *Nos termos do Ofício n.º 63/DMAU/DMF/14.*
- 1605/CML - F - Maria Luisa Belo Alves Maia - Pedido de venda ambulante para venda de restauração ou bebidas. - *Nos termos do Ofício n.º 64/DMAU/DMF/14.*
- 32 103/CML/13 - F - Paulo Manuel Dias Mendes - Atribuição do lugar n.º 18/F da Feira do Relógio. - *Nos termos do Ofício n.º 27/DMAU/DMF/14.*
- 30 886/CML/13 - F - Marco Paulo Pinto Ferreira - Pedido de alteração do lugar de venda de castanhas assadas. - *Nos termos da Informação n.º 150/DMAU/DMF/14.*

#### Arquivados

- 1628/CML - F - Adriana Cristina Correia Duarte - Atribuição do lugar n.º 8-C/XVI na Feira das Galinheiras. - *Nos termos da Informação n.º 194/DMAU/DMF/14.*
- 279/CML - F - José Manuel Silvestre Soares - Atribuição de um lugar accidental, para venda de bifanas e pregos na Feira das Galinheiras. - *Nos termos da Informação n.º 195/DMAU/DMF/14.*
- 32 422/CML/13 - F - Maria Manuela Vaz Moutoso - Pedido de esclarecimento.
- 31 570/CML/13 - F - Filipe Gonçalo da Silva Mateus - Atribuição de um lugar para venda de bifanas e cachorros em roulotte-bar na Feira das Galinheiras. - *Nos termos do Ofício n.º 60/DMAU/DMF/14.*

## DEPARTAMENTO DE HIGIENE URBANA

### Despacho n.º 8/DMAU/DHU/2014

#### Subdelegação de competências

I - Nos termos e ao abrigo do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigos 36.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei

n.º 442/91, de 15 de novembro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e considerando as competências que me foram subdelegadas pelo Senhor diretor municipal de Ambiente Urbano, Eng.º Ângelo Mesquita, através do Despacho n.º 4/DMAU/14, de 12 de fevereiro, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1044, de 20 de fevereiro de 2014, subdelego na chefe da Divisão de Controlo Sanitário (DCS), Dr.ª Luisa Maria Cabral Nunes Costa Maurício Gomes, na chefe da Divisão de Gestão Cemiterial (DGC), Arq.ª Ana Paula Henriques Rodrigues Ribeiro Fernandes e no chefe da Divisão de Limpeza Urbana (DLU), Eng.º Fernando José Simões Leal dos Santos, ou em quem legalmente os substitua, as seguintes competências:

A - Em matéria de contratação e realização de despesas:

1 - Visar faturas relativas à locação e/ou aquisição de bens e serviços.

B - Em matéria de procedimento administrativo:

- 1 - Arquivar processos por desinteresse ou desistência dos requerentes e por impossibilidade ou inutilidade superveniente;
- 2 - Assegurar o cumprimento do prazo geral de conclusão dos procedimentos administrativos;
- 3 - Assinar ou visar a correspondência com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e membros do Governo, Procurador-Geral da República e com Presidentes de outras Câmaras Municipais;
- 4 - Assinar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade e respetiva rubrica, e chancela nas folhas;
- 5 - Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- 6 - Declarar extintos os procedimentos administrativos em curso na respetiva Divisão, ao abrigo do disposto nos artigos 110.º e 111.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 7 - Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos que tramitam na respetiva Divisão;
- 8 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal para conhecimento das decisões tomadas;
- 9 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão;
- 10 - Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos e à execução das deliberações tomadas em Câmara e das decisões tomadas por mim próprio;
- 11 - Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;
- 12 - Indeferir os pedidos, que no âmbito da audiência dos interessados, os particulares dentro dos prazos legalmente estabelecidos para o efeito, nada requererem;
- 13 - Informar os requerentes, ou aqueles que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendem, sempre que o solicitem, sobre o andamento dos procedimentos;
- 14 - Modificar ou revogar as diligências instrutórias praticadas por trabalhadores da respetiva Divisão;

- 15- Proceder à junção de documentos aos processos em instrução na respetiva Divisão;
- 16- Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 17 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação da respetiva Divisão, e assegurar os contactos e a colaboração com as entidades responsáveis pela produção de estatísticas com interesse para os citados Serviços;
- 18- Promover a publicação em «Diário da República», *Boletim Municipal* e de Anúncios, bem como a afixação de Editais, das decisões destinadas a ter eficácia externa;
- 19- Promover as ações destinadas a assegurar a administração do domínio público municipal;
- 20- Promover as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal e à sua conservação;
- 21 - Promover o andamento de processos já despachados e remessa e requisição de processos ao arquivo;
- 22- Propor, ao ora subdelegante, a instauração de procedimento disciplinar;
- 23- Propor, ao ora subdelegante, os representantes do Município para avaliação dos danos causados em bens do Património Municipal ou dele desviado, quando afetos à respetiva Divisão;
- 24- Propor, ao ora subdelegante, os representantes do Município para fins judiciais, no âmbito de processos relacionados com a respetiva Divisão;
- 25 - Propor resposta às reclamações e outras comunicações suscitadas no âmbito da respetiva Divisão;
- 26 - Realizar a audiência dos interessados;
- 27 - Solicitar e fornecer informações a outros Serviços da CML ou a entidades externas ao Município.

#### C - Divisão de Controlo Sanitário:

- 1 - Dirigir a instrução de procedimentos para a realização de desinfecções, desinfestações e desratizações;
- 2 - Tomar providências sobre pombais e colmeias.

#### D - Divisão de Gestão Cemiterial:

- 1 - Autorizar a entrada de veículos particulares nos cemitérios;
- 2 - Conceder onerosamente a transferência de cemitérios a título excecional;
- 3 - Conceder terrenos para sepulturas perpétuas, bem como ceder compartimentos municipais e autorizar a transmissão desses direitos;
- 4 - Conceder terrenos nos cemitérios propriedade do Município para jazigos, mausoléus e sepulturas;
- 5 - Conceder terrenos para jazigos particulares e autorizar a transmissão desse direito, entre vivos e «mortis causa»;
- 6 - Decidir pedidos de licença para execução de revestimentos em sepulturas perpétuas ou para construção ou alteração de jazigos particulares;
- 7 - Decidir pedidos de licença para obras de limpeza e beneficiação em construções funerárias;
- 8 - Decidir pedidos de renovação de objetos ou materiais utilizados na manutenção de sepulturas;
- 9 - Decidir pedidos de vistoria em jazigos particulares;

#### 10 - Decidir processos relativos:

- 10.1 - Bordaduras e sinais funerários em sepulturas e compartimentos de jazigos, ossários e columbários municipais;
- 10.2 - Colocação de tampas, portas, dobradiças e fechaduras em compartimentos municipais;
- 10.3 - Epitáfios;
- 10.4 - Inumação, cremação, exumação e trasladação de restos mortais.

#### 11 - Decidir pedidos relacionados com o depósito de restos mortais em compartimentos municipais e visando especificamente:

- 11.1 - Manutenção ou restabelecimento de depósito de restos mortais abandonados;
- 11.2 - Modificação de regime de depósito de restos mortais.
- 11.3 - Mudança de interessados em restos mortais depositados;
- 11.4 - Passagem de segundas vias de cartões.

#### 12 - Decidir pedidos relacionados com a concessão de jazigos e sepulturas perpétuas, nomeadamente:

- 12.1 - Emitir alvarás de concessão;
- 12.2 - Emitir títulos e segundas vias de títulos.

#### 13 - Declarar prescritos a favor do Município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos os mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;

#### 14 - Determinar a forma de transporte de cadáveres, ossadas e cinzas dentro do cemitério e de abrir caixões para cremação de corpos e ossadas;

#### 15 - Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do Município afetos à DGC;

#### 16 - Emitir títulos relativos a terrenos cedidos em hasta pública para a construção ou ampliação de jazigos particulares;

#### 17 - Inscrever construtores funerários e cancelar provisória ou definitivamente a respetiva inscrição;

#### 18 - Garantir o registo de titularidade de jazigos e sepulturas perpétuas e assegurar os respetivos averbamentos;

#### 19 - Oficiar os outros Municípios, Freguesias e Conservatórias do Registo Civil sobre as inumações, cremações e trasladações efetuadas;

#### 20 - Proceder à fiscalização da observância do disposto no regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação de cadáveres, nos termos da legislação e regulamentação em vigor;

#### 21 - Prorrogar o prazo para a construção de sepulturas e jazigos particulares ou para a sua conclusão;

#### 22 - Prorrogar o prazo ou dispensar de obras de limpeza e beneficiação em construções funerárias;

#### 23 - Prorrogar o prazo para a passagem de alvarás de concessão de sepulturas ou terrenos para a construção ou ampliação de jazigos particulares;



24 - Remover dos cemitérios objetos ou materiais utilizados na ornamentação.

E - Divisão de Limpeza Urbana:

- 1 - Dirigir a instrução de procedimento quanto à colocação e retirada dos contentores da via pública fora do horário estabelecido;
- 2 - Dirigir a instrução de procedimento quanto à descarga de resíduos sólidos especiais;
- 3 - Dirigir a instrução de procedimento quanto à permanência de contentores fora da edificação;
- 4 - Dirigir a instrução de procedimento quanto à recolha de resíduos sólidos especiais, especificados no artigo 5.º do RRSCL;
- 5 - Dirigir a instrução de procedimento quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos, por outras entidades, públicas ou privadas;
- 6 - Dirigir a instrução de procedimento quanto à utilização de equipamento não reutilizável;
- 7 - Tomar providências relativas à falta de limpeza em habitações e logradouros, dirigindo a instrução do respetivo procedimento.

**II** - Considerando ainda as competências que me foram subdelegadas, em matéria de recursos humanos, pelo Senhor diretor municipal de Ambiente Urbano, Eng.º Ângelo Mesquita, através do Despacho n.º 6/DMAU/14, de 26 de fevereiro, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1046, de 6 de março de 2014, subdelego nos anteditos chefes de divisão, ou em quem legalmente os substitua, a competência para justificar ou injustificar faltas.

**III** - Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Código de Procedimento Administrativo ficam igualmente subdelegados nos chefes de divisão respetivos, a prática de atos de administração ordinária.

**IV** - Os chefes de divisão respetivos devem assegurar o total respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, designadamente o Regulamento Municipal de Execução do Orçamento da CML, em especial as normas reguladoras dos limites de autorização de despesa pública.

**V** - No uso das competências subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do artigo 38.º do Código do Procedimento Administrativo.

**VI** - Ficam ratificados todos os atos administrativos entretanto praticados, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências.

**VII** - O presente Despacho produz efeitos imediatos e revoga o Despacho n.º 7/DHU/2011, de 30 de agosto, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 917, de 15 de setembro de 2011.

Lisboa, em 2014/04/09.

O diretor de departamento,  
(a) *Victor Vieira*

## Processos despachados

### Indeferidos

- 41/PIND/13 - Luis Manuel de Almeida Lopes. - Nos termos do despacho exarado pelo diretor do Departamento de Higiene Urbana em 31 de março de 2014, no uso da subdelegação de competências - Despacho n.º 04/DMAU/14, de 12 de fevereiro de 2014, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1044, de 20 de fevereiro de 2014.
- 1/PIND - Marina Alexandra Farinha Mota. - Nos termos do despacho exarado pelo diretor do Departamento de Higiene Urbana, em 31 de março de 2014, no uso da subdelegação de competências - Despacho n.º 04/DMAU/14, de 12 de fevereiro de 2014, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1044, de 20 de fevereiro de 2014.

### Arquivado

44/PIND/13 - Carlos Manuel Lopes Mendes. - Nos termos do despacho exarado pelo diretor do Departamento de Higiene Urbana, em 1 de abril de 2014, no uso da subdelegação de competências - Despacho n.º 04/DMAU/14, de 12 de fevereiro de 2014, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1044, de 20 de fevereiro de 2014.

## DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

### Anúncio n.º 10/DMAU/DHU/DGC/14

#### Cemitério do Lumiar

#### Restos mortais não reclamados

No âmbito do artigo 37.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa, dá-se conhecimento aos interessados das sepulturas temporárias abaixo mencionadas que expirou o prazo correspondente ao período legal previsto para a marcação da exumação, encontrando-se os restos mortais na situação de abandono.

No entanto, poderão ainda ser reclamados no prazo de um mês, contado da data da publicação do presente Anúncio.

Data de inumação	Nº sepultura e secção
19-06-1980	10492/14
20-06-1980	10500/14
25-06-1980	10529/14
10-06-1986	9092/14
10-06-1986	9097/14
12-06-1986	9100/14
10-07-1992	7034/14
10-07-1992	7035/14
14-07-1992	7044/14
16-07-1992	7049/14
17-07-1992	7053/14
26-07-1992	7085/14
28-07-1992	7090/14
29-07-1992	7091/14
30-07-1992	7097/14
30-07-1992	7099/14
31-07-1992	7104/14

Data de	Nº sepultura e
01-08-1992	7111/14
03-08-1992	7117/14
04-08-1992	7128/14
05-08-1992	7130/14
19-08-1992	7182/14
19-08-1992	7183/14
27-08-1992	7205/14
29-08-1992	7208/14
01-03-1999	4868/14
02-03-1999	4872/14
03-03-1999	4874/14
03-03-1999	4875/14
03-03-1999	4876/14
04-03-1999	4877/14
05-03-1999	4878/14
05-03-1999	4880/14
06-03-1999	4881/14
09-03-1999	4883/14
10-03-1999	4885/14
10-03-1999	4886/14
11-03-1999	4888/14
12-03-1999	4891/14
12-03-1999	4892/14
12-03-1999	4893/14
13-03-1999	4895/14
13-03-1999	4896/14
14-03-1999	4897/14
15-03-1999	4898/14
16-03-1999	4899/14
16-03-1999	4900/14
17-03-1999	4902/14
18-03-1999	4903/14
18-03-1999	4904/14
18-03-1999	4905/14
21-03-1999	4909/14
21-03-1999	4910/14

Data de inumação	Nº sepultura e secção
23-03-1999	4914/14
24-03-1999	4916/14
26-03-1999	4919/14
27-03-1999	4921/14
27-03-1999	4922/14
27-03-1999	4924/14
28-03-1999	4926/14
29-03-1999	4927/14
30-03-1999	4929/14
30-03-1999	4930/14
31-03-1999	4931/14
01-04-1999	4932/14
01-04-1999	4933/14
03-04-1999	4935/14
05-04-1999	4937/14
05-04-1999	4938/14
05-04-1999	4939/14
06-04-1999	4940/14
06-04-1999	4942/14
07-04-1999	4943/14
07-04-1999	4944/14
07-04-1999	4946/14
13-04-1999	4950/14
16-04-1999	4954/14
16-04-1999	4957/14
17-04-1999	4958/14
19-04-1999	4960/14
21-04-1999	4964/14
21-04-1999	4966/14
22-04-1999	4967/14
22-04-1999	4969/14
23-04-1999	4972/14
24-04-1999	4973/14
28-04-1999	4979/14
28-04-1999	4982/14
29-04-1999	4983/14

Data de inumação	Nº sepultura e secção
29-04-1999	4985/14
01-05-1999	4988/14
01-05-1999	4989/14
04-05-1999	4991/14
04-05-1999	4992/14
05-05-1999	4995/14
06-05-1999	4996/14
06-05-1999	4997/14
07-05-1999	5001/14
07-05-1999	5002/14
08-05-1999	5004/14
09-05-1999	5005/14
09-05-1999	5006/14
09-05-1999	5007/14
13-05-1999	5010/14
14-05-1999	5012/14
16-05-1999	5013/14
16-05-1999	5014/14
17-05-1999	5016/14
18-05-1999	5017/14
18-05-1999	5019/14
18-05-1999	5020/14
18-05-1999	5021/14
19-05-1999	5024/14
21-05-1999	5027/14
22-05-1999	5028/14
25-05-1999	5031/14
27-05-1999	5032/14
27-05-1999	5034/14
29-05-1999	5037/14
29-05-1999	5039/14
29-05-1999	5040/14
30-05-1999	5041/14
03-06-1999	5045/14
03-06-1999	5047/14
04-06-1999	5048/14



Data de inumação	Nº sepultura e secção
05-06-1999	5050/14
08-06-1999	5053/14
09-06-1999	5055/14
09-06-1999	5056/14
10-06-1999	5057/14
12-06-1999	5058/14
12-06-1999	5059/14
14-06-1999	5060/14
16-06-1999	5061/14
16-06-1999	5062/14
19-06-1999	5065/14
19-06-1999	5066/14
19-06-1999	5067/14
19-06-1999	5068/14
20-06-1999	5069/14
22-06-1999	5071/14
22-06-1999	5072/14
23-06-1999	5074/14
24-06-1999	5075/14
24-06-1999	5076/14
26-06-1999	5078/14
26-06-1999	5079/14
27-06-1999	5080/14
27-06-1999	5081/14
27-06-1999	5082/14
27-06-1999	5083/14
28-06-1999	5086/14
28-06-1999	5087/14
29-06-1999	5088/14
01-07-1999	5089/14
02-07-1999	5090/14
04-07-1999	5092/14
06-06-1999	5095/14
09-07-1999	5098/14
11-07-1999	5101/14
11-07-1999	5102/14

Data de inumação	Nº sepultura e secção
13-07-1999	5104/14
14-07-1999	5106/14
14-07-1999	5107/14
15-07-1999	5108/14
16-07-1999	5109/14
18-07-1999	5111/14
19-07-1999	5113/14
20-07-1999	5114/14
20-07-1999	5115/14
22-07-1999	5118/14
22-07-1999	5119/14
23-07-1999	5120/14
27-07-1999	5124/14
28-07-1999	5126/14
28-07-1999	5127/14
29-07-1999	5129/14
30-07-1999	5130/14
30-07-1999	5131/14
30-07-1999	5132/14
01-08-1999	5133/14
06-08-1999	5137/14
07-08-1999	5140/14
07-08-1999	5141/14
10-08-1999	5145/14
10-08-1999	5146/14
11-08-1999	5149/14
12-08-1999	5151/14
12-08-1999	5154/14
14-08-1999	5156/14
15-08-1999	5159/14
17-08-1999	5161/14
18-08-1999	5162/14
19-08-1999	5164/14
20-08-1999	5166/14
21-08-1999	5167/14
22-08-1999	5169/14

Data de inumação	Nº sepultura e secção
23-08-1999	5170/14
23-08-1999	5171/14
23-08-1999	5172/14
24-08-1999	5173/14
24-08-1999	5174/14
24-08-1999	5176/14
25-08-1999	5178/14
31-08-1999	5183/14
01-09-1999	5184/14
01-09-1999	5185/14
02-09-1999	5186/14
05-09-1999	5188/14
06-09-1999	5189/14

Lisboa, em 2014/04/03.

Pel'A chefe de divisão,  
(a) *Sara Gonçalves*

## Processos deferidos

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial,  
Ana Paula Ribeiro:

Mudança de interessado de compartimento municipal (artigo T7.6.3. da Tabela de Taxas Municipais de 2014)

7150/CML - Ana Cristina Fernandes de Melo Caxaria.  
7633/CML - Fernando José da Silveira Rodrigues do Amaral.  
7876/CML - Ludovina Rosa Ferreira Jacinto Assunção.  
8288/CML - Maria Isabel Cristina Neto Ferreira Marcelino Marques.  
8371/CML - Maria Luísa Valente Ferreira.  
8654/CML - Humberto José Rebelo Barrento.

Entrada de viatura em cemitério municipal (artigo T7.6.3. da Tabela de Taxas Municipais de 2014)

8254/CML - Teresa Maria Soares de Albergaria Abrantes.

## DIREÇÃO MUNICIPAL

## MOBILIDADE E TRANSPORTES

### Processos deferidos

Por despacho do diretor municipal, Eng.º Tiago Farias (no uso da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 48/P/2014, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1050, de 3 de abril de 2014):

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 2.ª emissão

905/CML - Táxis José Faustino, Ltd.ª - Licença n.º 50.  
31886/CML/13 - Táxis Calhambeque, Ltd.ª - Licença n.º 175.  
24 402/CML/13 - Mendes & Farinha, Ltd.ª - Licença n.º 508.  
26248/CML/12 - Cecílio & Conceição, Ltd.ª - Licença n.º 1340.  
32 136/CML/13 - Auto Táxis Luis & Filho, Ltd.ª - Licença n.º 1809.

*Nos termos da Informação n.º 562/DMMT/2014.*

2698/CML - Táxi Salgueiro e Mata, Ltd.ª - Licença n.º 1061.  
2774/CML - Silvestre Avelino dos Reis, Sucessores, Ltd.ª - Licença n.º 2139.

1846/CML - Auto Táxis Centrais do Monte, Ltd.ª - Licença n.º 2142.

2786/CML - Auto Táxis Edgina, Ltd.ª - Licença n.º 2167.  
1842/CML - Guterres & Guterres, Ltd.ª - Licença n.º 2197.  
23 839/CML/13 - Táxis Vilandre, Ltd.ª - Licença n.º 2282.  
2226/CML - Táxis Caetano Henriques, Ltd.ª - Licença n.º 2330.  
2208/CML - Auto Táxis Ideal do Largo do Rato, Ltd.ª - Licença n.º 2381.

2785/CML - Auto Táxis Domingos & Henriques, Ltd.ª - Licença n.º 2382.

1290/CML - Fernando & Abreu, Ltd.ª - Licença n.º 3152.  
24211/CML/13 - Táxis Domingos & Pia, Ltd.ª - Licença n.º 3361.

*Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 2.ª emissão

4178/CML - Antunes & Teixeira, Ltd.ª - Licença n.º 909. - *Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por alteração de designação de firma - 2.ª emissão

3569/CML - Táxis Hernâni, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1354. - *Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 3.ª emissão

32 125/CML/13 - Táxis Fernandes & Fernandes, Ltd.ª - Licença n.º 732.

32 133/CML/13 - Auto Táxis Cipriano & Filhos, Ltd.ª - Licença n.º 1988.

21 338/CML/13 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2546.

*Nos termos da Informação n.º 562/DMMT/2014.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 3.ª emissão

28 955/CML/13 - Táxis Guiomar & Pereira, Ltd.ª - Licença n.º 16.

4853/CML - Auto Táxis Progresso Fundadense, Ltd.ª - Licença n.º 85.

2757/CML - Táxis Inverno & Dias, Ltd.ª - Licença n.º 148.

2625/CML/13 - Jopagoba, Táxis, Ltd.ª - Licença n.º 185.

3548/CML - Táxis do Alto da Mina, Ltd.ª - Licença n.º 328.

31887/CML/13 - Auto Táxis Piçarra & Silva, Ltd.ª - Licença n.º 876.

30652/CML/13 - Táxis Donzília & Caetano, Ltd.ª - Licença n.º 1138.

290/CML - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2486.

32 666/CML/13 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2516.

*Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 4.ª emissão

2778/CML - Táxis Paradela, Ltd.ª - Licença n.º 2638. - *Nos termos da Informação n.º 562/DMMT/2014.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 4.ª emissão

2202/CML - Auto Táxis Rijo, Ltd.ª - Licença n.º 2329. - *Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 5.ª emissão

30 776/CML/13 - Embarcar & Conquistar, Ltd.ª - Licença n.º 574.

2137/CML - José & Paula Abreu, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1076.

*Nos termos da Informação n.º 562/DMMT/2014.*



Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 5.<sup>a</sup> emissão

3705/CML - Carlos Alberto Batista Ferreira Menana - Licença n.º 3227. - *Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 6.<sup>a</sup> emissão

392/CML - Sol Lisboa, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 937.  
3563/CML - Auto Táxis Miguel Chança, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 1780.

*Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 7.<sup>a</sup> emissão

4176/CML - Geinny Oliveira da Costa - Licença n.º 2881. - *Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 10.<sup>a</sup> emissão

25 994/CML/13 - Senda de Harmonia, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 1471. - *Nos termos da Informação n.º 563/DMMT/2014.*

Pedido de licenças de táxis por extravio - 2.<sup>a</sup> via

2213/CML - Táxis Pedra Firme, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 458. - *Nos termos da Informação n.º 562/DMMT/2014.*

Pedido de licenças de táxis por furto - 2.<sup>a</sup> via

2413/CML - Sociedade de Automóveis Joaquim de Almeida, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3013. - *Nos termos da Informação n.º 562/DMMT/2014.*

Alteração de sede

5810/CML - Táxis do Casal de Baixo, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 1191. - *Nos termos da Informação n.º 570/DMMT/2014.*

### Revogação de despachos

Por despacho do diretor municipal, Eng.º Tiago Farias (no uso da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 48/P/2014, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1050, de 3 de abril de 2014):

Arquivamento dos processos relativos aos pedidos de substituição de licença

10 326/DMSC/03 - Auto Táxis Ideal do Largo do Rato, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2145.

10380/DMSC/03 - Auto Táxis Edgina, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2167.

10 215/DMSC/03 - Guterres & Guterres, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2197.

10 452/DMSC/03 - Auto Táxis Pereira & Generosa, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2288.

10 230/DMSC/03 - Táxis Caetano Henriques, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2330.

10 241/DMSC/03 - Auto Táxis Domingos & Henriques, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2382.

No *Boletim Municipal* n.º 510, datado de 2003/11/27, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

18 833/DMSC/03 - Auto Táxis Ideal do Largo do Rato, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2381.

9250/DMSC/03 - Táxis Domingos & Pia, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3361.

No *Boletim Municipal* n.º 541, datado de 2004/07/01, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

9339/DMSC/03 - Auto Táxis Areias, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3373.

No *Boletim Municipal* n.º 564, datado de 2004/12/09, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

817/DMSC/05 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2486.

No *Boletim Municipal* n.º 594, datado de 2005/07/07, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

38/DMSC/05 - Sonitáxi, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3131.

No *Boletim Municipal* n.º 598, datado de 2005/08/04, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

13297/DMSC/05 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2516.

No *Boletim Municipal* n.º 612, datado de 2005/11/10, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

9013/DMSC/06 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2545.

No *Boletim Municipal* n.º 680, datado de 2007/03/01, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

21 189/DMSC/07 - Transportes Bandeirantes, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2234.

No *Boletim Municipal* n.º 714, datado de 2007/10/25, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

26 148/CML/08 - Táxis Chaves, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3425.

No *Boletim Municipal* n.º 773, datado de 2008/12/11, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

7139/CML/09 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2546.

No *Boletim Municipal* n.º 790, datado de 2009/04/09, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

11 382/CML/09 - J. P. & Lopes, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2698.

No *Boletim Municipal* n.º 803, datado de 2009/07/09, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

19064/CML/09 - Auto Táxis Maridite, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2594.

No *Boletim Municipal* n.º 810, datado de 2009/08/27, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

21 574/CML/09 - Auto Táxis Rijo, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2329.

No *Boletim Municipal* n.º 812, datado de 2009/09/10, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

2019/CML/10 - Carlos Alberto Batista Ferreira Menana - Licença n.º 3227.

No *Boletim Municipal* n.º 840, datado de 2010/03/25, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

23 246/CML/10 - Auto Táxis Rijo, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2331.

No *Boletim Municipal* n.º 868, datado de 2010/10/07, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

29 957/CML/10 - Auto Santos & Martins, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2156.

No *Boletim Municipal* n.º 885, datado de 2011/02/03, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

9875/CML/11 - Jorge Barreiros Alves, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3345.

No *Boletim Municipal* n.º 914, datado de 2011/08/25, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

11 830/CML/11 - Auto Táxis de Amândio Lopes da Fonseca, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3107.

No *Boletim Municipal* n.º 931, datado de 2011/12/22, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

21 645/CML/11 - Táxis Borges, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2263.

22 496/CML/11 - Táxis Paradela, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2638.

No *Boletim Municipal* n.º 936, datado de 2012/01/26, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

3848/CML/13 - Auto Táxis Castelas, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3027.

No *Boletim Municipal* n.º 1099, datado de 2013/08/29, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

17 112/CML/13 - Táxis Militão, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2741.

25 673/CML/13 - Alcance Prático, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2777.

No *Boletim Municipal* n.º 1037, datado de 2014/01/02, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 527/DMMT/2014.

## Processos despachados

Por despacho da diretora de departamento, Eng.<sup>a</sup> Elisabete Carvalho Portalegre:

### Deferidos

Parque de deficiente / Local: Residência

26 786/CML/13 - Belmira Pinho Lopes Santos Pais. - Nos termos da Informação n.º 5060/DMMT/DGMT/DGM/13.

27 292/CML/13 - Rafael Alexandre Lucas Rodrigues. - Nos termos da Informação n.º 321/DMMT/DGMT/DGM/14.

29 803/CML/13 - Catarina Cottinelli Telmo Monteiro da Costa. - Nos termos da Informação n.º 5763/DMMT/DGMT/DGM/13.

30 034/CML/13 - Catarina Cottinelli Telmo Monteiro da Costa. - Nos termos da Informação n.º 5783/DMMT/DGMT/DGM/13.

31 736/CML/13 - André Miguel Moura Pereira Baptista. - Nos termos da Informação n.º 239/DMMT/DGMT/DGM/14.

32 375/CML/13 - Helder Jorge Bessa Silveira Monteiro. - Nos termos da Informação n.º 91/DMMT/DGMT/DGM/14.

742/CML - Alfredo Duarte Gomes. - Nos termos da Informação n.º 267/DMMT/DGMT/DGM/14.

1613/CML - Ivone Moreira de Oliveira dos Santos Castanheira. - Nos termos da Informação n.º 462/DMMT/DGMT/DGM/14.

## Indeferidos

### Parque privativo

27 662/CML/13 - Pausacidade, Ltd.<sup>a</sup>. - *Nos termos da Informação n.º 5243/DMMT/DGMT/DGM/13.*

### Cargas e descargas

26 520/CML/13 - Serlingoma. - *Nos termos da Informação n.º 5541/DMMT/DGMT/DGM/13.*

### Arquivado

### Cargas e descargas

14 378/CML/13 - Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. - *Nos termos da Informação n.º 734/DMMT/DGMT/DGM/14.*

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE E TRANSPORTES

### Despacho n.º 1/DGMT/2014

Subdelegação de competências na chefe da Divisão de Gestão da Mobilidade

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 35.º e seguintes e 86.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso da faculdade de subdelegação que me foi conferida no ponto 7 do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 18/DMMT/14, do Senhor diretor municipal Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias, de 3 de abril de 2014, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1051, de 10 de abril de 2014, subdelego na chefe da Divisão de Gestão da Mobilidade, Eng.<sup>a</sup> Maria Carmen Sobral Antunes, as seguintes competências:

#### A - Em matéria de mobilidade:

No âmbito da atividade da Divisão de Gestão da Mobilidade:

- Assegurar a gestão da via pública, na vertente da circulação rodoviária, pedonal e de estacionamento, de acordo com os estudos e planeamento promovidos pelo Departamento de Planeamento de Mobilidade e Transportes e em articulação com este e, com outros Serviços ou Entidades sempre que necessário;
- Analisar os pedidos de atribuição de parques privativos, de parques para deficientes e de atribuição da placa relativa ao artigo 50.º do Código da Estrada, incluindo a decisão final;
- Desenvolver estudos e propor estratégias no sentido de avaliar os riscos e aumentar a segurança rodoviária e pedonal na Cidade de Lisboa e propor medidas de minimização daqueles, em articulação com outros Serviços ou Entidades sempre que necessário;

- Colaborar nas ações de gestão de emergência, sempre que necessário, em estreita colaboração com os Serviços Municipais competentes;
- Planear e implementar os condicionamentos de trânsito, tanto os permanentes como os eventuais, em articulação com outros Serviços ou Entidades sempre que necessário;
- Colaborar na definição da política de cargas e descargas /logística urbana, e promover a sua implementação, bem como instruir e decidir os pedidos relacionados.

#### B - Em matéria de procedimento Administrativo:

- Assinar e visar correspondência dirigida a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, no âmbito das competências da DGM e sem prejuízo dos limites constantes no presente despacho;
- Promover a adaptação das normas camarárias diretamente relacionadas com o conteúdo funcional do DGMT ao direito nacional e comunitário;
- Assegurar a instrução de procedimentos administrativos, nos termos do artigo 86.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA);
- Modificar ou revogar atos praticados por funcionários ou agentes afetos ao DGM;
- Praticar os atos instrumentais ao exercício das competências subdelegadas, designadamente decidir sobre o saneamento e apreciação liminar, a suspensão do procedimento, a prorrogação de prazos para a prática de atos ou entrega de elementos, a promoção da consulta às entidades que, nos termos da lei, se devam pronunciar, a determinação de realização de vistorias, a cassação e a apreensão de alvarás e a extinção de procedimentos, bem como o arquivamento de processos;
- Propor-me a instauração e processos de inquérito e de averiguações e o respetivo arquivamento ou instauração de processo disciplinar;
- Responder às reclamações e outras comunicações apresentadas nos termos da lei;
- Convidar os requerentes a suprir deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente em virtude de simples irregularidades ou mera imperfeição na respetiva formulação;
- Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;
- Aceitar a desistência e declarar deserto o procedimento que, por causas imputáveis ao requerente, esteja parado por mais de seis meses, nos termos dos artigos 110.º e 111.º do Código do Procedimento Administrativo;
- Proceder à audiência dos interessados nos procedimentos cuja instrução lhe foi subdelegada;
- Notificar as pessoas singulares ou coletivas das decisões ou outros atos relativos aos assuntos em que sejam interessados ou contrainteressados;
- Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
- Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- Praticar os demais atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do Senhor Presidente da Câmara e do diretor municipal da DMMT em que a mesma esteja subdelegada, no âmbito das funções cometidas à DGM, ou que seja incumbido pelo Presidente da Câmara ou por delegação do Presidente;

- Determinar a requisição e a remessa de processos ao arquivo;
- Decidir requerimentos respeitantes a pedidos da área funcional da DGM, que se enquadrem no âmbito da presente subdelegação;
- Autorizar os termos da abertura e de encerramento em livros sujeitos a essa formalidade.

#### C - Em matéria de gestão de recursos humanos:

- Justificar ou injustificar faltas dos funcionários afetos à Divisão.

**I** - Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam igualmente subdelegadas na chefe da Divisão de Gestão da Mobilidade, Eng.ª Maria Cármen Sobral Antunes, as competências para a prática de atos de administração ordinária da Divisão respetiva.

**II** - No uso das competências subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do artigo 38.º do Código do Procedimento Administrativo.

**III** - A chefe da Divisão de Gestão da Mobilidade, Eng.ª Maria Cármen Sobral Antunes, deve informar-me trimestralmente, por escrito, das atividades desenvolvidas ao abrigo do presente despacho de subdelegação.

**IV** - Com o presente despacho ficam ratificados todos os atos administrativos entretanto praticados pela chefe da Divisão de Gestão da Mobilidade, Eng.ª Maria Cármen Sobral Antunes, no âmbito das matérias ora subdelegadas.

**V** - O presente despacho produz efeitos imediatos.

Lisboa, em 2014/04/11.

A diretora de departamento,  
(a) *Elisabete Carvalho Portalegre*

### UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

#### Despacho n.º 2/UCT/2014

Substituição em período de férias

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram conferidas;

Considerando que o período previsível de ausência (motivada pelo gozo de férias) é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previstos no estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Designo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 41.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação em vigor, para

me substituir durante a minha ausência, nos dias 21 a 24 de abril de 2014, a Sr.ª Eng.ª Leonor Cabral Diogo Pinto, diretora da Unidade de Intervenção Territorial Centro.

Lisboa, em 2014/04/10.

O diretor municipal,  
(a) *João Tremoceiro*

### DIVISÃO DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO LOCAL

#### Despacho n.º 1/UCT/DPDL/2014

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções durante a minha ausência, por motivo do gozo de licença para férias.

Designo para me substituir, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, no período compreendido entre os dias 14 e 17 de abril, o Dr. Jorge Sargaço Pinto Loureiro, a prestar funções nesta Divisão.

Lisboa, em 2014/04/08.

O chefe da Divisão de Promoção e Dinamização Local,  
(a) *Tiago Joaquim Dias Ramos*

### UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL OCIDENTAL

#### Despacho n.º 3/UCT/UITOC/2014

Substituição em período de férias

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício do cargo de chefe da Divisão Ocidental - Belém/ /São Francisco Xavier, da Unidade de Intervenção Territorial Ocidental/Unidade de Coordenação Territorial, para o qual foi nomeado o Eng.º Rafael António da Cruz Gomes Vigário de Matos, através do Despacho n.º 55/P/2012, publicado no *Boletim Municipal* n.º 961, de 2012/07/19 e considerando que o período previsível da sua ausência é inferior a 60 dias, não se verificando assim, os requisitos do regime de substituição previsto no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, designo, nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, para o substituir durante o seu período de férias que decorrerá entre os dias 21 a 24 de abril de 2014, o Arq.º Tiago José de Almeida Leite Gomes.

Lisboa, em 2014/04/07.

O diretor da Unidade de Intervenção Territorial Ocidental,  
(a) *João de Sá Machado*



## **Despacho n.º 4/UCT/UITOC/2014**

### **Substituição em período de férias**

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício do cargo de diretor do Departamento da Unidade de Intervenção Territorial Ocidental/Unidade de Coordenação Territorial e considerando que o período previsível da minha ausência, é inferior a 60 dias, não se verificando assim, os requisitos do regime de substituição previsto no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, designo, nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, para me substituir durante a minha ausência, por motivo de gozo de férias, no período de 21 a 24 de abril de 2014, a chefe da Divisão Ocidental - Ajuda/Alcântara, Arq.ª Ana Teresa Dinis Ribeiro.

Lisboa, em 2014/04/07.

O diretor da Unidade de Intervenção Territorial Ocidental,  
(a) *João de Sá Machado*

## **UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO**

### **Despacho n.º 5/UIT-CENTRO/2014**

#### **Substituição em período de férias**

Considerando a necessidade de assegurar o exercício da gestão corrente dos serviços da Unidade de Intervenção Territorial Centro, da Unidade de Coordenação Territorial, durante a minha ausência no gozo de licença para férias no dias 31 de março e 1 de abril de 2014, far-me-ei substituir pelo chefe da Divisão Centro - Campo Grande/Anjos, Engenheiro Rui Manuel Pereira Simão.

Lisboa, em 2014/03/26.

A diretora de departamento,  
(a) *Leonor Pinto*

## **DIVISÃO CENTRO - CAMPOLIDE/S. JOSÉ**

### **Despacho n.º 6/UIT-CENTRO/2014**

#### **Substituição em período de férias**

Considerando a necessidade de assegurar o exercício da gestão corrente dos serviços durante a minha ausência no gozo de licença para férias, compreendido entre os dias 7 a 14 de abril de 2014, far-me-ei substituir pelo técnico superior, Sr. Arquiteto Eduardo André Vieira Pinto Carvalho.

Lisboa, em 2014/04/01.

O chefe de divisão,  
(a) *Ricardo Silva*

## **UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO HISTÓRICO**

### **Processo indeferido**

Por despacho de 2014/02/07 do diretor de departamento, Arq.º Nuno Morais (por subdelegação de competências - Despacho n.º 8/UCT/2011 - *Boletim Municipal* n.º 928, de 2011/12/02):

910/POL/13 - Clube Atlético de Campo de Ourique - Travessa do Cabo, 1/3, Travessa do Cabo, 3/3-A - Por despacho dado em 2013/10/31. - *Com os seguintes fundamentos: Atento o exposto na presente informação e na apreciação a fls. 46 e 46 v., não tendo o requerente entregue elementos suscetíveis de alterar o projeto de decisão, indefiro o pedido de autorização de utilização, nos termos do artigo 62.º do RJUE.*

DIVISÃO CENTRO HISTÓRICO - BAIRRO ALTO

**Despacho n.º 3/UITCH/DCHBA/2014**

Atendendo a que me encontrarei ausente por motivo de férias nos dias 11 a 16 de abril e por forma a assegurar a regularidade do exercício das funções e competências no trabalho da Divisão do Centro Histórico do Bairro Alto, designo para me substituir, a arquiteta Bianca Guido Castro.

Lisboa, em 2014/04/10.

A chefe de divisão,

(a) *Ana Paula Nunes da Cunha*

OS INTERESSADOS  
PODERÃO CONSULTAR  
OS RESPETIVOS  
PROCESSOS

# ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

## ANÚNCIOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Anúncio n.º 672/UCT/DPC/2014

Intimação - Obras de conservação/Atribuição de nível de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Travessa da Silva, em Belém, 25 a 27, que, no âmbito do processo 585/RLU/2013:

1 - Por despacho do chefe da Divisão Ocidental - Belém/S. Francisco Xavier, Eng.º Rafael Matos, datado de 2013/04/06, foi realizada, em 2013/10/10, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1601/AUT/DOC Ajuda-Alcântara/GESTURBE/2013 e respetiva ficha de avaliação do estado de conservação:

I - Apurado o nível de conservação do imóvel;  
II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das eficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel do nível de conservação indicado no Auto de vistoria;
- b) Para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 90 dias úteis para o seu início e com o prazo de 180 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 10 586/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;

- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Submeter à prévia aceitação dos Serviços Municipais da cor e tonalidade a aplicar nos paramentos exteriores - alínea l) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Reparar todos os estragos causados em passeios, lancis, sarjetas e pavimentos - alínea u) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30% ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 674/UCT/DPC/2014**

Intimação - Obras de conservação/Atribuição de nível de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Rua Jau, 11 a 11-A, que, no âmbito do processo 268/RLU/2013:

1 - Por despacho da chefe da Divisão Ocidental - Ajuda/Alcântara, Arq.ª Ana Teresa Ribeiro, datado de 2013/01/30, foi realizada, em 2013/11/19, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1389/AUT/UITOcidental/GESTURBE/2013 e respetiva ficha de avaliação do estado de conservação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e frações;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das eficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel do nível de conservação indicado no Auto de vistoria;
- b) Para executarem as obras de conservação e reabilitação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 180 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 8939/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;



- Submeter à prévia aceitação dos Serviços Municipais da cor e tonalidade a aplicar nos paramentos exteriores - alínea *l)* do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Reparar todos os estragos causados em passeios, lancis, sarjetas e pavimentos - alínea *u)* do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea *s)* do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

## **Anúncio n.º 676/UCT/DPC/2014**

### **Intimação à conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea *d)*, n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Calçadinha dos Olivais, 6/7, que, no âmbito do processo 6443/EXP/2013:

1 - Por despacho da então diretora do DCEP, Eng.ª Marta Cardoso, datado de 2010/06/24, foi realizada, em 2010/08/10, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada,

tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 140/10, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e com o prazo de 30 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 11910/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea *u)* da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea *a)* do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea *c)* do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea *d)* do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea *e)* do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 679/UCT/DPC/2014**

Intimação - Obras de conservação/Atribuição de nível de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Rua da Junqueira, 458 a 462, que, no âmbito do processo 1106/RLU/2013:

1 - Por despacho do chefe da Divisão Ocidental - Belém / S. Francisco Xavier, Eng.º Rafael Matos, datado de 2013/07/15, foi realizada, em 2014/01/14, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com

o Auto de vistoria n.º 90/AUT/DOC Ajuda-Alcântara / GESTURBE/2014 e respetiva ficha de avaliação do estado de conservação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e frações;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel do nível de conservação indicado no Auto de vistoria;
- b) Para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 10 398/INF/DPC / GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos

legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 682/UCT/DPC/2014**

#### **Intimação à conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Calçadinha dos Olivais, 11/12, que, no âmbito do processo 6439/EXP/2013:

1 - Por despacho da então diretora do DCEP, Eng.ª Marta Cardoso, datado de 2010/06/24, foi realizada, em 2010/08/10, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 142/10, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e com o prazo de 30 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 11 907/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído



no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

## **Anúncio n.º 684/UCT/DPC/2014**

**Intimação - Obras de conservação/Atribuição de nível de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Rua de Marvila, 131, Pátio 16, que, no âmbito do processo 1188/RLU/2013:

1 - Por despacho da diretora da UIT Oriental, Arq.<sup>a</sup> Isabel Teles, datado de 2013/08/19, foi realizada, em 2013/11/26, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com os Autos de vistoria n.ºs 1418/AUT/DOR Marvila-Beato/GESTURBE/2013 e 117/AUT/DOR Marvila-Beato/GESTURBE/2014 e respetiva ficha de avaliação do estado de conservação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e fogos;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel do nível de conservação indicado no Auto de vistoria;
- b) Para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 10 372/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;



- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- A solicitação aos Serviços Municipais competentes da licença para realização de obra na via pública;
- Reparar todos os estragos causados em passeios, lancis, sarjetas e pavimentos - alínea u) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 690/UCT/DPC/2014**

#### **Intimação à conservação**

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Centro, Eng.ª Leonor Pinto, datado de 2011/11/12, foi realizada, em 2012/06/26, uma vistoria ao edifício sito na Avenida Duque d'Avila, 76, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 398/AUT/UITCentro/GESTURBE/2012, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários do imóvel para executar as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 11660/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;

- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013.

- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

7 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 691/UCT/DPC/2014**

**Intimação - Obras de conservação/Atribuição de nível de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprie-

tários do imóvel sito na Rua do Machado (Carnide), 33, que, no âmbito do processo 536/RLU/2013:

1 - Por despacho do diretor da UIT Norte, Arq.º Rui Martins, datado de 2013/03/27, foi realizada, em 2013/05/16, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1046/AUT/UITNorte/GESTURBE/2013 e respetiva ficha de avaliação do estado de conservação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e fogos;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel do nível de conservação indicado no Auto de vistoria;
- b) Para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 10 471/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;

- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- A solicitação aos Serviços Municipais competentes da licença para realização de obra na via pública;
- Reparar todos os estragos causados em passeios, lancis, sarjetas e pavimentos - alínea u) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada

em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;

- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/07.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 696/UCT/DPC/2014**

#### **Intimação à conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Calçadinha dos Olivais, 8/9, que, no âmbito do processo 6440/EXP/2013:

1 - Por despacho da então diretora do DCEP, Eng.ª Marta Cardoso, datado de 2010/06/24, foi realizada, em 2010/08/10, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 141/10, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e com o prazo de 30 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 7774/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;



- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;

- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/08.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 698/UCT/DPC/2014**

**Intimação - Obras de conservação/Atribuição de nível de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os comproprietários do imóvel sito no Beco das Taipas, 7 a 9, que, no âmbito do processo 941/RLU/2012:

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Oriental, Arq.ª Isabel Teles, datado de 2012/12/03, foi realizada, em 2013/01/15, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1032/AUT/UITOriental/GESTURBE/2013 e respetivas fichas de avaliação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e fogos a que foi possível aceder;
- II - Constatada a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foram notificados os comproprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel e fogos que foi possível vistoriar os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria;
- b) Para executarem as obras de conservação e reabilitação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 90 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 8273/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;

- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Mais se torna público que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Finalmente:

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação/reabilitação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/08.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 706/UCT/DPC/2014**

#### **Intimação à conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Calçadinha dos Olivais, 4/5, que, no âmbito do processo 388/RLU/2012:

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Oriental, datado de 2012/06/25, foi realizada, em 2012/11/06, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1062/AUT/DEOR/GESTURBE/2012, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.



2- Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3- A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 12280/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª a Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4- Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5- Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6- Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do

n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30% ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/08.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

## Anúncio n.º 708/UCT/DPC/2014

### Intimação - Obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários de todas as frações do imóvel sito na Rua de São Lázaro, 93 a 99, que, no âmbito do processo 1123/RLU/2012:

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Centro, Eng.ª Leonor Pinto, datado de 2012/11/15, foi realizada, em 2012/11/28, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1177/AUT/UITCentro/GESTURBE/2012 a necessidade de realizar obras de conservação.

2 - Na sequência da referida vistoria foram notificados todos os proprietários do imóvel para executar as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 150 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 7644/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Mais se torna público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do

- n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/08.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 711/UCT/DPC/2014**

Intimação à conservação - Reabilitação/Atribuição do nível de conservação

1 - Por despacho do diretor da Unidade de Intervenção Territorial Norte, Arq.º Rui Martins, datado de 2013/10/29, foi realizada, em 2013/12/02, uma vistoria ao edifício sito na Rua Actor Robles Monteiro, 4, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1472/AUT/UITNorte/GESTURBE/2013 e respetiva ficha de avaliação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e fogos a que foi possível aceder;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria, foi determinado intimar o(a)s proprietário(a)s do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel e aos fogos que foi possível vistoriar os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria;

b) Para executar as obras de conservação e reabilitação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3 - Os níveis de conservação atribuídos ao imóvel e aos fogos que foi possível aceder foram os indicados no referido Auto de vistoria e nas fichas de avaliação, nomeadamente:

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 3.º frente*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 3.º esquerdo*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau, folha n.º 5/6.

*Avaliação do fogo 3.º direito*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 2.º frente*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 2.º esquerdo*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 2.º direito*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 1.º frente*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 1.º esquerdo*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo 1.º direito*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo r/c frente*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo r/c esquerdo*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

*Avaliação do fogo r/c direito*

- Estado de conservação 10 a 17 - Mau;
- Estado conservação imóvel locado - Mau.

4 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 10791/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

5 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;

- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

7 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

8 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2014/04/08.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 716/UCT/DPC/2014**

#### **Intimação à conservação e reposição da legalidade**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Travessa Paulo Martins, 28/30, que, no âmbito do processo 3433/EXP/2013:

1 - Por despacho da então diretora do DCEP, Eng.ª Marta Cardoso, datado de 2010/08/13, foi realizada, em 2010/10/26, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 253/10, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas e a existência de obras de alteração não licenciadas em violação das normas legais e regulamentares aplicáveis.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários do imóvel sito na morada referenciada para executarem as obras:

- De conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão;
- Necessárias à reposição do local de acordo com o projeto aprovado em conformidade com as normas legais, de forma a corrigir as desconformidades descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 7937/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 e do n.º 3 do artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual;
- Nos artigos 35.º, n.º 2, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e 106.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que cometem ao Presidente da Câmara competência para ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efetuadas sem licença.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;



6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/09.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 726/UCT/DPC/2014**

**Intimação para conservação - Atribuição do nível de conservação**

1 - Por despacho do diretor da Unidade de Intervenção Territorial Norte, Arq.º Rui Martins, datado de 2013/04/26, foi realizada, em 2013/05/23, uma vistoria ao edifício sito na Rua Hermano Neves (antiga Rua 24 de Telheiras Sul), 18/18-D, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 771/AUT/DN Lumiar-Charneca/GESTURBE/2013 e respetiva ficha de avaliação:

I - Apurado o nível de conservação do imóvel;  
II - Constatado:

a) A necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas;

b) A necessidade de continuar com a interdição da passagem de pessoas já existente (de cerca de três metros de largura), enquanto não tiverem sido realizados os trabalhos de reparação e de consolidação do revestimento lapídeo das fachadas, ampliando essa zona de interdição para a adjacência das restantes fachadas, nomeadamente nos casos em que se verifique que as pedras de revestimento se encontram fixadas à fachada a uma altura acima do pavimento do 1.º andar e apenas se encontram colada aos suportes, não apresentando qualquer outro meio de fixação.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar o(a)s proprietário(a)s do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel dos níveis de conservação indicados no Auto de vistoria;
- b) Para executar as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 30 dias úteis para a sua conclusão;
- c) Para manter a interdição da passagem de pessoas em cerca de três metros de largura, ao longo das fachadas do prédio, preconizada no Auto de vistoria, de modo a salvaguardar as condições de segurança no local, enquanto não forem realizados os trabalhos de reparação e de consolidação do revestimento lapídeo das fachadas.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 8028/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

7 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2014/04/09.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 733/UCT/DPC/2014**

Indeferimento - RECRIPH

Torna-se público que:

O pedido de comparticipação ao abrigo do Programa RECRIPH, solicitado de acordo com o Decreto-Lei n.º 106/96, de 31/07, para realização de obras no edifício sito na Alameda das Linhas de Torres, 191, constante do processo n.º 155/RLU/2012, foi indeferido e, consequentemente, extinto o procedimento, nos termos do artigo 106.º do Código de Procedimento Administrativo.

A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, datado de 2014/03/28, com base nos seguintes fundamentos:

- Na falta de preenchimento dos requisitos legais de acesso, previstos no artigo 2.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 106/96, de 01/07;

- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

Lisboa, em 2014/04/10.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 734/UCT/DPC/2014**

Intimação para conservação/reabilitação - Atribuição do nível de conservação

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Centro, Eng.ª Leonor Pinto, datado de 2013/07/19, foi realizada, em 2013/10/09, uma vistoria ao edifício sito na Avenida do Rio de Janeiro, 50/50-G, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1581/AUT/UITCentro/GESTURBE/2013 e respetiva ficha de avaliação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e fogos a que foi possível aceder;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel e aos fogos que foi possível vistoriar os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria;
- b) Para executar as obras de conservação e reabilitação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 8 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 9208/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

7 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2014/04/10.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

## Anúncio n.º 748/UCT/DPC/2014

Intimação - Obras de conservação - Atribuição de nível de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários e arrendatários de todas as frações do imóvel sito na Rua de Moçambique, 34/39 e Rua da Praça das Novas Nações, 50 e 50-A, que, no âmbito do processo 1067/ /RLU/2013:

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Centro, Eng.ª Leonor Pinto, datado de 2013/07/01, foi realizada, em 2013/08/13, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 83/AUT/UITCentro/GESTURBE/2014 e respetivas fichas de avaliação do estado de conservação:

I - Apurado o nível de conservação do imóvel e fogos a que foi possível aceder;

II - Constatada a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria, foram notificados todos os proprietários e arrendatários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel e frações que foi possível vistoriar os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria;
- b) Para executar as obras de conservação e reabilitação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 180 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/ /03/28, exarado na Informação n.º 9908/INF/DPC/GESTURBE/ /2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;

- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Firam, ainda, notificados de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Mais se informou de que:

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação/reabilitação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/10.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 751/UCT/DPC/2014**

#### **Intimação à conservação e reabilitação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários do imóvel sito na Estrada de A-da-Maia, 55/55-A, que no âmbito do processo 1130/RLU/2012:

1 - Por despacho do diretor da Unidade de Intervenção Territorial Norte, Arq.º Rui Martins, datado de 2013/02/22, foi realizada, em 2013/04/29, uma vistoria ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 405/AUT/UITNorte/GESTURBE/2013, e respetiva ficha de avaliação do estado de conservação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e frações a que foi possível aceder;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários das frações:

- a) Da atribuição ao imóvel e frações que foi possível vistoriar dos níveis de conservação indicados no Auto de vistoria;



b) Para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 90 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 12604/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor

- Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/10.

O chefe de divisão,  
(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

## Anúncio n.º 758/UCT/DPC/2014

Intimação à conservação - Reabilitação/Atribuição do nível de conservação

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Oriental, Arq.<sup>a</sup> Isabel Teles, datado de 2012/11/16, foi realizada, em 2013/01/26, uma vistoria ao edifício sito na Rua de Marvila, 110/118, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 528/AUT/DEOR/GESTURBE/2013 e respetiva ficha de avaliação:

I - Apurado o nível de conservação do imóvel;  
II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel do nível de conservação indicado no Auto de vistoria;
- b) Para executar as obras de conservação e reabilitação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 11348/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;

- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

7 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2014/04/11.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

## Anúncio n.º 769/UCT/DPC/2014

Intimação à conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea d), n.º 1 do artigo 70.º do Código de Procedimento Administrativo, torna-se público e notificam-se os proprietários de todas as frações do imóvel sito na Rua da Beneficência, 42/42-D, que, no âmbito do processo 733/RLU/2012:

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Centro, Eng.<sup>a</sup> Leonor Pinto, datado de 2012/08/08, foi realizada, em 2012/10/04, uma vistoria ao edifício sito na morada

referenciada, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1134/AUT/UTTCentro/GESTURBE/2012, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2- Na sequência da referida vistoria ficam notificados os proprietários de todas as frações e comproprietários das partes comuns para executarem as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3- A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 10290/INF/DPC/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro de 2013;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4- Deverão, ainda, os proprietários executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuido no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5- Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica e execução da obra - alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- No caso de ocupação de via pública, manter no local da obra da respetiva licença - alínea c) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;
- Em caso de ocupação de via pública para obras de conservação, manter no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade - alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL;

- Comunicar a estes Serviços, por escrito, com a antecedência de cinco dias, o início de quaisquer trabalhos - alínea e) do n.º 1 do artigo 71.º do RMUEL.

6 - Torna-se, ainda, público que:

- Caso os proprietários não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente publicação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação intimadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30% ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/11.

O chefe de divisão,

(a) *Daniel Alves*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 627/UCT/UTTC/DCH Graça-Penha de França/2014**

Torna-se público que e ficam, por este meio, notificados os proprietários da fração autónoma designada pela letra «O» e correspondente ao 6.º andar do prédio sítio na Rua da Verónica, 46 a 46-C, de que:

1 - Em 2012/01/02 a Polícia Municipal deslocou-se ao local sito na morada referenciada, tendo-se constatado, de acordo com a Informação n.º 831.12.8.4, constante do processo n.º 809/POL/2013:

- A existência de obras de alteração não licenciadas e/ou executadas em violação das normas legais e regulamentares aplicáveis.



2 - Assim, foi determinado intimar os proprietários do prédio para:

- Executar as obras necessárias à reposição do local de acordo com o projeto aprovado/de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos ilegalmente executados, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 3 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 8266/INF/UITCentro Histórico/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 35.º, n.º 2, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e no artigo 106.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 (RJUE), que cometem ao Presidente da Câmara competência para ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efetuadas sem licença;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 2012/11/14;
- Na audiência prévia efetuada nos termos do artigo 106.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

4 - Para a execução das obras terão de cumprir com as condições de execução de obra previstas no artigo 71.º, n.º 1, alíneas a) a e), n), q), r) e u) do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação Urbana - RMUEL.

5 - Ficam, ainda, notificados de que o não cumprimento da ordem de intimação poderá levar à determinação da demolição da obra ou reposição do terreno por conta do infrator, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 106.º, dos 107.º e 108.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, e constitui a prática do crime de desobediência, de acordo com o disposto no n.º 1 dos artigos 100.º do RJUE e 348.º do Código Penal.

Lisboa, em 2014/04/02.

O chefe de divisão,  
(a) *Paulo Porfírio*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 666/UCT/UITCH/DCH Graça - Penha de França/2014**

Torna-se público e ficam, por este meio, notificados os proprietários/condóminos do prédio sito no Caminho do Alto do Varejão, 20 a 20-D, de que:

1 - Por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, datado de 2014/03/28, foi ratificada a vistoria realizada, por solicitação da Proteção Civil e com preterição de formalidades, em 2014/

/02/13, ao edifício sito na morada referenciada, tendo-se constatado de acordo com o Auto de vistoria n.º 188/AUT/UITCentroHistórico/GESTURBE/2014, cuja fotocópia se anexa à presente notificação:

- A necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinar intimar os proprietários/condóminos do imóvel e responsáveis pela conservação das partes comuns para:

- Executar as obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 5 dias úteis para o seu início e com o prazo de 30 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2014/03/28, exarado na Informação n.º 7431/INF/DCHGraça-PenhaFrança/GESTURBE/2014, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 2013/11/13, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030.

4 - Atendendo à urgência na atuação, com vista à salvaguarda de valores e interesses de ordem pública, como a salubridade e a segurança das pessoas:

- Não houve lugar à audiência prévia dos interessados, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11;
- Foi preterida a notificação prévia de vistoria e todos os procedimentos previstos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, de acordo com o n.º 7 do mesmo artigo.

5 - Deverão, ainda, ser executadas as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).



6 - Ficam, ainda, notificados de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente notificação, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

7 - Informa-se, ainda, de que:

- O não cumprimento da eventual intimação, objeto do projeto de decisão supra referenciado, constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem iniciadas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 89/AML/2013, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1032, de 2013/11/28;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 2 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2014/04/04.

O chefe de divisão,  
(a) *Paulo Porfírio*

## AVISOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Aviso n.º 68/2014

Torna-se público que se encontra em fase de consulta pública o Plano de Ações de Gestão e Redução de Ruído para o Aeroporto da Portela, elaborado pela ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.

A referida consulta decorrerá até 13 de maio de 2014, encontrando-se os elementos disponíveis para consulta no Centro de Documentação, sito no Edifício Central da CML, no Campo Grande, 25, 1.º-F.

Lisboa, em 2014/04/11.

O diretor do Departamento de Ambiente e Espaço Público,  
(a) *João Rodrigues*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Aviso n.º 69/2014

Aprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara

Torna-se público, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e do n.º 2 do artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou, através da Deliberação n.º 61/AML/2014, na sua reunião de 18 de março de 2014, sob as Propostas n.º 691/2013 e n.º 857/2013, aprovadas, respetivamente, pela Câmara Municipal de Lisboa, na reunião de 24 de julho de 2013 e de 27 de novembro de 2013, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara, incluindo a Memória Descritiva e Justificativa, a Planta de Delimitação e o Quadro dos Benefícios Fiscais, que se publicam em anexo.

Torna-se, ainda, público que os interessados poderão consultar os referidos elementos, identificados no n.º 2 do artigo 13.º do citado Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, no sítio do Urbanismo da CML, na Secção Planeamento Urbano - AUGI (<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/augi>).

Lisboa, em 2014/04/07.

O diretor municipal,  
(a) *Jorge Catarino Tavares*

## ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SANTA CLARA

### 1 - Introdução:

A intenção de promover a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara (ARU - Santa Clara), no momento atual, consubstancia-se na necessidade de proceder à integração e articulação de vários contextos urbanos (e alguns ainda rurais) de bastante relevância paisagística e patrimonial para a Coroa Norte da cidade.

Nesse sentido, a continuada degradação e obsolescência dos edifícios integrantes no antigo Núcleo Histórico da Ameixoeira, nomeadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade, a problemática inerente ao sistema de mobilidade viária e pedonal de pessoas e bens, que evidencia a urgência de introduzir um aumento da oferta de transportes públicos de qualidade, e por outro lado a necessária coerência entre as várias estruturas urbanas existentes neste território, cujo desenvolvimento extemporâneo fez prevalecer alguns núcleos denominados como áreas urbanas de génese ilegal que se apresentam degradadas e desarticuladas entre a malha urbana envolvente, urge promover uma intervenção integrada, através da delimitação de área de reabilitação urbana.

Pretende-se, assim, dar continuidade e alargar a intervenção municipal na reabilitação urbana, respondendo aos desafios colocados pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), reabilitando a edificação degradada, melhorando as suas condições de utilização e valorizando o património cultural, incrementando a qualificação do espaço público, com vista a reabilitar os tecidos urbanos degradados, assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e às funções urbanas, e, através da concertação de interesses públicos e privados assegurar a integração funcional e a diversidade económica e socio-cultural nos tecidos urbanos existentes e promover a melhoria geral da mobilidade com a concretização de uma correta hierarquização viária consentânea com diferentes morfologias urbanas em presença.

Assim a delimitação e aprovação da ARU têm em vista a consolidação e o aprofundamento da experiência municipal de reabilitação urbana já desenvolvida, favorecendo uma maior convergência de investimentos privados, com apoio público, na reabilitação urbana.

Pretende-se encontrar soluções inovadoras que valorizem e salvaguardem com igual importância a vertente patrimonial e funcional do território, e que enquadrem este conjunto de várias áreas que apresentam uma estrutura urbana obsoleta, desarticulada e desconexa, resultante da sobreposição de várias ocupações de épocas distintas, muitas vezes objeto de estudos e programas de reabilitação urbana e valorização patrimonial que nunca chegaram à fase de programação e execução.

Assim, a presente Memória Descritiva (MD), explicita os objetivos programáticos da intervenção integrada de reabilitação urbana, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público a integrar o programa estratégico de reabilitação urbana que virá a enquadrar a futura Operação de Reabilitação Urbana, para a área delimitada na planta anexa ao presente documento.

## 2 - Enquadramento legal/Procedimento de delimitação:

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, assume particular importância na requalificação e revitalização urbana. No intuito de responder e de se adaptar às novas realidades, a primeira alteração a este regime jurídico, operada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e que republicou aquele diploma, veio simplificar os processos de criação de áreas de reabilitação urbana, consagrando agora a possibilidade de fasear esse procedimento. O RJRU, atualmente em vigor, permite aprovar a delimitação de áreas de reabilitação urbana sem ser em simultâneo com a aprovação da operação de reabilitação urbana, impondo, no entanto, um prazo de caducidade de 3 anos se não for aprovada a correspondente operação de reabilitação. A aprovação da delimitação de áreas de reabilitação urbana passa, assim, a poder ter lugar em momento anterior à aprovação da operação de reabilitação

urbana a desenvolver nessas áreas, sem prejuízo da admissibilidade da sua aprovação simultânea. O Município pode, nesta medida, aprovar, num mesmo momento, uma ou várias delimitações de áreas de reabilitação urbana, em consonância com a diversidade urbanística, económica, social, cultural e ambiental das várias parcelas do seu território, com vista à ulterior aprovação das concretas operações de reabilitação a efetuar na área ou áreas delimitadas.

As áreas de reabilitação urbana incidem sobre espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada. Estas áreas podem abranger, designadamente, áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. A proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana é devidamente fundamentada e contém os seguintes elementos:

- a) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- b) A planta com a delimitação da área abrangida;
- c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.

O ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana integra os elementos referidos anteriormente, é publicado através de Aviso na 2.ª série do «Diário da República» e divulgado na página eletrónica do Município. Simultaneamente com o envio para publicação do Aviso referido no número anterior, a Câmara Municipal remete ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana.

A cada área de reabilitação urbana corresponde uma operação de reabilitação urbana e os Municípios podem optar pela realização de operações de reabilitação urbana simples ou sistemáticas, enquadradas por instrumentos de programação, designados, respetivamente, de Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) ou de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

Através da Deliberação n.º 11/AML/2012, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, na sua reunião de 20 de março de 2012, a Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, com a fundamentação constante da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2014.

Nos termos da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2014, será delimitada para cada operação de reabilitação sistemática a lançar a correspondente área de reabilitação urbana, que será ao mesmo tempo destacada da atual Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, por forma a fazer coincidir cada operação de reabilitação, simples ou sistemática, com a respetiva área de reabilitação.

Com a presente proposta pretende-se a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara em momento anterior à aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana sistemática e respetivas ações a efetuar na área delimitada.

A operação de reabilitação urbana sistemática consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.

O projeto de operação de reabilitação urbana, cuja aprovação é igualmente da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, é remetido ao IHRU para emissão de parecer não vinculativo e submetido a discussão pública. Assim, apenas nessa fase, o projeto da operação de reabilitação será enviado ao IHRU para emissão de parecer e submetido a discussão pública.

### 3- *Delimitação e breve caracterização da área de intervenção:*

A área de intervenção da ARU abrange parte da atual freguesia da Ameixoeira, futura freguesia de Santa Clara, demarca uma área de 45,02 ha, e apresenta os seguintes limites, conforme definido na Planta com a delimitação da área abrangida, e detém as seguintes confrontações:

- A norte: Loteamento da Ameixoeira (Alvará n.º 2/2003) e Loteamento de reconversão da AUGI Quinta do Grafanil (em apreciação);
- A nascente: O Eixo Norte Sul e o Loteamento da Ameixoeira (Alvará n.º 2/2003);
- A sul: A Rua Jorge de Sena e Azinhaga da Cidade;
- A poente: A Estrada da Ameixoeira, Azinhaga do Rio e Rua Prof. Adelino da Palma Carlos.

Esta área abrange, uma área correspondente ao antigo Núcleo Histórico da Ameixoeira e que se desenvolve sobre a Rua Direita da Ameixoeira - atualmente único elo de comunicação viária entre a zona a norte e sul da ARU agora delimitada e cuja degradação urge reduzir.

Por outro lado integra três núcleos delimitados como áreas de génese ilegal, dos quais dois desses núcleos se apresentam bastante degradados e cuja reconversão pretende alterar profundamente a matriz fundiária atual, atendendo a que existem vários terrenos expectantes de intervenção, nomeadamente nas áreas ocupadas por armazéns e oficinas, apesar de alguns ainda com atividades económicas em funcionamento, mas que se prevê manter os postos de trabalho existentes.

E por fim integra também algumas zonas urbanas de caráter consolidado, mas cuja integração e colmatação se pretende resolver.

Numa breve análise dos dados censitários destas áreas de maior incidência de intervenção, identifica-se que no núcleo histórico existem cerca de 62 edifícios, que correspondem

a 107 famílias em cerca de 158 alojamentos, na AUGI Quinta da Torrinha existem 107 edifícios com cerca de 435 alojamentos e 254 núcleos familiares, na AUGI Quinta da Mourisca existem 38 edifícios com cerca de 104 alojamentos e 70 núcleos familiares, e por fim isolando a AUGI da Rua Particular à Azinhaga da Cidade, verificam-se que aí existem 5 edifícios com cerca de 20 alojamentos e 6 núcleos familiares

É neste contexto que surge a necessidade de programar uma intervenção integrada no território desta Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara, agora delimitada.

### 4- *Enquadramento nas opções de desenvolvimento urbano do PDM:*

A presente ARU a desenvolver terá como referência a normativa constante no PDM de Lisboa em vigor, publicado no «Diário da República» n.º 168, de 30 de agosto de 2012, Aviso n.º 11 622/2012. Desta forma é viável a realização de diversas operações urbanísticas, desde que seja dado cumprimento integral da normativa constante das peças constituintes do PDM - Plantas de Ordenamento e de Condicionantes e Regulamento do Plano.

#### **Planta de Ordenamento - Qualificação de Espaço Urbano**

Espaços Consolidados:

- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano A;
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos;
- Espaços Verdes de Recreio e Produção.

Espaços a Consolidar:

- Espaços Centrais e Residenciais;
- Espaços Verdes e Recreio e Produção;
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos.

Património Arqueológico e Geológico:

- Nível Arqueológico II;
- Nível Arqueológico III;
- Imóvel - Classificado - 46.69.

Bens Imóveis de Interesse Municipal e outros Bens Culturais Imóveis:

- 05.04 - Quinta de Sant'Ana;
- 05.05 - Pátio do Ministro;
- 05.06 - Palácio Casal Ribeiro;
- 05.07 - Cruzeiro da Ameixoeira/Estrada da Ameixoeira;
- 05.09 e 05.09 A - Quinta de Santa Clara e Jardim da Quinta de Santa Clara (Estrada da Ameixoeira);
- 05.12 - Quinta do Loureiro/Estrada da Ameixoeira;
- 05.13 - Casal de Nossa Senhora da Saúde/Estrada da Ameixoeira;
- 05.16 - Quinta de Nossa Senhora do Carmo;
- 05.17 - Edifícios da (antiga) Quinta da Castelhana/Travessa de Santo António, 10/12;
- 05.18 - Casa dos Ingleses/Estrada de S. Bartolomeu;
- 05.19 - Casal de Santo António/Estrada de S. Bartolomeu;
- 05.20 - Edifício de habitação com fachada de azulejo/Rua Direita da Ameixoeira.

### **Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal**

Inclui Sistema Húmido (artigo 13.º).  
Sistema de Corredores Estruturantes (artigo 12.º).  
Espaços Verdes (artigo 14.º).

### **Planta de Ordenamento - Sistema de Vistas**

A área do Plano está abrangida pelo subsistema de ângulos de visão (artigo 17.º).

### **Planta de Ordenamento - Riscos Naturais e Antrópicos**

É abrangido por uma zona com vulnerabilidade moderada a inundações (artigo 22.º).  
É abrangido por uma zona Suscetibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes - Moderada (artigo 23.º).

### **Planta de Ordenamento - Riscos Naturais e Antrópicos II**

Vulnerabilidade sísmica dos solos: Moderada e Elevada (artigo 24.º).

### **Planta de Ordenamento - Condicionantes de Infraestruturas**

O Plano é abrangido por uma linha de metro e respetiva área de proteção.  
Existência de uma rede principal de saneamento.

### **Planta de Ordenamento - Acessibilidades e Transportes**

Está prevista uma rede rodoviária municipal de 3.º Nível, normas do artigo 70.º do RPDM.  
Abrangida parcialmente por zonas de estacionamento A, B e D.

### **Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública I**

Servidão Militar Aeronáutica.  
Servidão do Aeroporto.

### **Planta de Ordenamento - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública II**

Apresenta áreas específicas sujeitas aos artigos 7.º e 8.º do RPDM.  
Imóvel - Classificado - 4669 - Igreja de N. Sr.ª da Encarnação, Estrada da Ameixoeira - IIP (Decreto-Lei n.º 45/93, «Diário da República» n.º 280, de 1993/11/30).

## **5 - Objetivos da ARU:**

### **a) Objetivo Geral:**

Perante o conhecimento que já se detém do território, a delimitação desta ARU tem como objetivo geral a procura de soluções inovadoras que valorizem e salvaguardem com igual importância a vertente patrimonial e funcional do território integradas em unidades de execução ou de intervenção, associadas à reconfiguração da hierarquia viária, construção de equipamentos e às demais infraestruturas da área de

intervenção, com objetivos programáticos que devem servir de matriz ao desenho urbano que se pretende implementar, a saber:

### **b) Objetivos Específicos:**

No que concerne aos objetivos específicos, os mesmos são inerentes às diferentes problemáticas de cada área, assim observam-se os seguintes objetivos específicos para as diferentes áreas:

#### **i - Unidade I:**

- Reconversão da AUGI da Quinta da Torrinha:
- Pretende-se regulamentar as condições de intervenção no edificado e da alteração cadastral da Área Urbana de Gênese Ilegal Quinta da Torrinha;
- Garantir através de uma reconversão de usos, a revitalização e revalorização funcional desta área, e a realocação das atividades existentes;
- Promover a interpenetração entre os espaços públicos do Parque Periférico e a área habitacional envolvente à Quinta da Torrinha, numa perspetiva de complementaridade e plurifuncionalidade dos espaços públicos;
- Promover a articulação viária com a estrutura envolvente, nomeadamente com a introdução com uma via estruturante de 3.º nível, prevista no PDM, que desviará o trânsito do núcleo histórico da Ameixoeira, para a área norte da freguesia. Esta via estruturante deverá garantir um corredor dedicado a transportes públicos, pretendendo-se, simultaneamente, que promova a vertebração e legibilidade urbana (via estruturante de 3.º nível prevista no PDM);
- Legalizar as construções existentes integradas nas áreas identificadas no âmbito da aplicação do Regulamento Municipal para a Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (cfr. em anexo Planta de Áreas para Aplicação do Regulamento Municipal R.U.A.U.G.I. - 001 - PP Quinta da Torrinha).

#### **ii - Unidade II:**

- Reconversão da AUGI Quinta da Mourisca:
- Regulamentar as condições de intervenção no edificado e da alteração cadastral da Área Urbana de Gênese Ilegal Quinta da Mourisca;
- Garantir através de uma reconversão de usos, a revitalização e revalorização funcional desta área, e a realocação das atividades existentes;
- Promover a articulação viária com a estrutura envolvente, nomeadamente com a introdução com uma via estruturante de 3.º nível prevista no PDM).
- Quinta de S. Bento:
- Estruturação Urbana através de uma operação urbanística de iniciativa dos proprietários de acordo com o Protocolo assinado em 2010, entre o Município de Lisboa e a ALEXTOMA



- Venda e Administração de Bens, S.A., sobre a «Quinta de São Bento», com a área total de 16 994 m<sup>2</sup>, sito no Largo do Terreiro, 2, 3 e 4 e Estrada do Forte, Freguesia da Ameixoeira;
- Integração do troço de ligação viária para construção da via estruturante de 3.º nível prevista no PDM.
- Quinta da Atalaia:
- Concretização de um Loteamento que promova a colmatação da malha urbana, viabilizando um troço da via estruturante de 3.º nível prevista no PDM;
- Integração da área para construção do Jardim de Infância da Quinta da Atalaia.

### iii - Unidade III:

- Núcleo Histórico:
- Concretização de projetos de espaço público;
- Reabilitação do edificado;
- Construção da Escola Básica da Quinta da Castelhana.

### iv - Unidade IV:

- Estruturação Urbana da área degradada com usos obsoletos;
- Construção da Escola Secundária da Ameixoeira;
- Reconversão da AUGI Rua Particular à Azinhaga da Cidade;
- Estruturação viária com a construção da ligação viária ao metro e à Azinhaga da Cidade (via estruturante de 3.º nível prevista no PDM).

Em síntese, a área objeto da ARU será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas vertidas no PDM em vigor, tendo em consideração a necessidade de reabilitar e reconverter de forma integrada e programada este território, de caráter periférico, que apresenta problemas específicos de falta de ligação à restante cidade, de degradação do seu núcleo histórico, fragmentação urbana e falta de legibilidade, pela justaposição de áreas urbanas de génese ilegal, loteamentos recentes de iniciativa privada, áreas fragmentadas de cariz rural e terrenos expectantes e uma vasta área de realojamento conflituosa, com problemas de inserção social.

## 6 - Apoios e incentivos:

A delimitação de uma área de reabilitação urbana tem como efeitos a obrigatoriedade de definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela

compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

A Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2014 determina que à Área de Reabilitação Urbana serão aplicáveis todos os benefícios e incentivos fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, designadamente os previstos nos artigos 45.º, 46.º e 71.º, na redação em vigor, bem como quaisquer outros previstos em regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana.

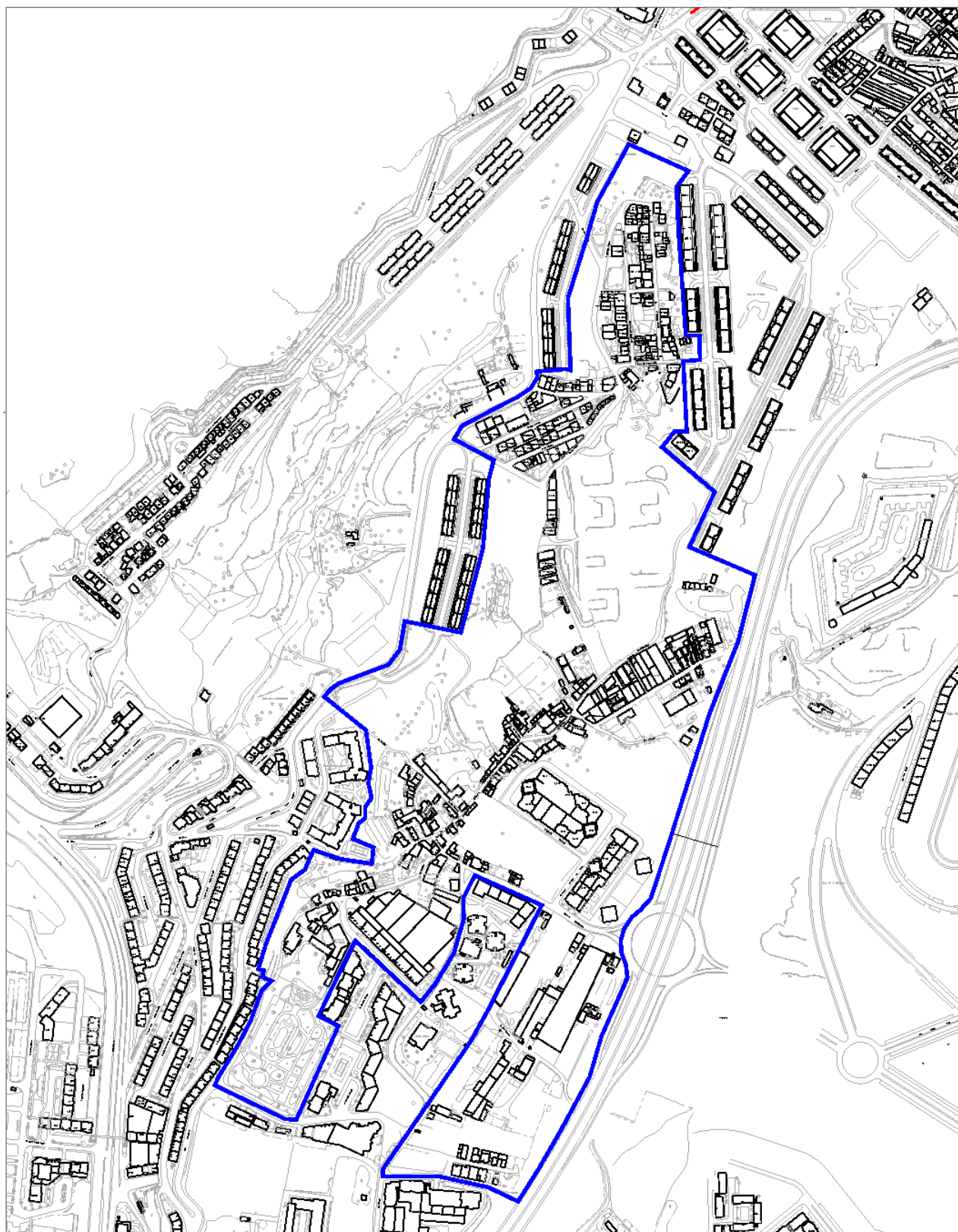
Através da Deliberação n.º 101/AML/2012, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 17.º do RJRU, que corresponde à alínea a) do artigo 14.º do RJRU em vigor, e do n.º 19 do artigo 71.º do EBF, as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a saber:

- Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de cinco anos, a contar do ano inclusive da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período de cinco adicional de cinco anos;
- São isentas de IMT as aquisições de prédio urbanos ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa de prédio reabilitado, quando localizado em área de reabilitação urbana.

Estão ainda previstos outros incentivos para parte da área de reabilitação urbana de Santa Clara, decorrentes da entrada em vigor do Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), publicado no «Diário da República», 2.ª Série, n.º 128, de 5 de julho de 2013. Este regulamento administrativo prevê a isenção de taxas administrativas, a possibilidade de redução de 75 %, 50 % ou 25 %, relativamente aos valores da TRIU para a legalização das construções existentes nas AUGI, desde que o respetivo pedido de legalização seja apresentado no prazo de 1 ano, 2 anos ou 3 anos, e ainda a possibilidade de redução do valor da compensação devida pela falta de áreas de cedência, até ao limite de 90 % do valor total da compensação calculado na respetiva operação de reconversão e em função das especificidades de cada AUGI.

### Quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais para a ARU de Santa Clara:

- Artigo 13.º/n.º 1, alínea c) e artigo 14.º, alínea a) do RJRU;
- Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI - Isenção por 5 anos (podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos);
- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - IMT - Isenção na 1.ª transmissão do imóvel reabilitado destinado exclusivamente a habitação própria e permanente.



LEGENDA

 Limite da ARU de Santa Clara



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA  
GABINETE DE APOIO AOS BAIRROS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA - AUGI

**ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SANTA CLARA**

Planta com a delimitação da área abrangida

Equipar -

Director Municipal - Arq.<sup>o</sup> Jorge Celestino  
Director do Departamento - Arq.<sup>o</sup> Paulo Pires  
Coordenadores do GABRI-AUGI-AUGI - Arq.<sup>o</sup> Cláudia Botelho

X9	X10	X11
V9	V10	V11
U9	U10	U11

Proc.<sup>o</sup> -PLU/20-

UIT - Norte

1:5000

04 JUL 2013

**ARU01**

Cartografia de referência propriedade da CM, produzida por Estúdios, cartografia em 04/Julho 1998, sistema de referência Hayford Geodes Datum 73, actualização parcial em Maio 2010 efectuada por CM/LGN/PEU/EGC

## EDITAIS

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 23/2014

Caducidade

#### Feira de Artesanato e Antiguidades do Príncipe Real

Fica, por este meio, notificada a Sr.ª Ana Luísa Santos Moreira Takata, de que, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral das Feiras do Concelho de Lisboa, a licença de venda no lugar n.º 47, do sector V, de que é titular na Feira de Artesanato e Antiguidades do Príncipe Real, caducou, por falta de pagamento das taxas referentes aos meses de novembro e dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

Assim, nos termos dos artigos 101.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, com redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, fica notificada de que, querendo, poderá dizer o que se lhe oferecer, por escrito, no prazo de dez dias, a contar da data da publicação do presente Aviso.

Se desejar obter mais informações, pode dirigir-se a esta Divisão (Divisão de Mercados e Feiras), sita na Rua Luís Pastor Macedo, s/n.º - 1750-158 Lisboa.

Lisboa, em 2014/04/07.

A chefe de divisão,  
(a) *Luísa Martinez*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 24/2014

Caducidade

#### Feira do Relógio

Fica, por este meio, notificado o Sr. Armando Manuel Silva Ramos, de que, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral das Feiras do Concelho de Lisboa, a licença de venda no lugar n.º 8, do sector F, de que é titular na Feira do Relógio, caducou, por falta de pagamento das taxas referentes aos meses de junho e dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

Assim, nos termos dos artigos 101.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, com redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, fica notificado de que, querendo, poderá dizer o que se lhe oferecer, por escrito, no prazo de dez dias, a contar da data da publicação do presente Aviso.

Se desejar obter mais informações, pode dirigir-se a esta Divisão (Divisão de Mercados e Feiras), sita na Rua Luís Pastor Macedo, s/n.º - 1750-158 Lisboa.

Lisboa, em 2014/04/02.

A chefe de divisão,  
(a) *Luísa Martinez*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 25/2014

Caducidade

#### Feira do Relógio

Fica, por este meio, notificado o Sr. António Mendes Carrajola, de que, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral das Feiras do Concelho de Lisboa, a licença de venda no lugar n.º 52, do sector H, de que é titular na Feira do Relógio, caducou, por falta de pagamento das taxas de ocupação dos meses de julho e agosto de 2013 e janeiro de 2014.

Assim, nos termos dos artigos 101.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, com redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, fica notificado de que, querendo, poderá dizer o que se lhe oferecer, por escrito, no prazo de dez dias, a contar da data da publicação do presente Aviso.

Se desejar obter mais informações, pode dirigir-se a esta Divisão (Divisão de Mercados e Feiras), sita na Rua Luís Pastor Macedo, s/n.º - 1750-158 Lisboa.

Lisboa, em 2014/04/02.

A chefe de divisão,  
(a) *Luísa Martinez*

*Publica-se às 5.ªs-feiras*

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**